

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RENATO COIMBRA FRIAS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO RIO DE JANEIRO JOANINO: UMA
GEOGRAFIA DO PASSADO

RIO DE JANEIRO

2013

Renato Coimbra Frias

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO RIO DE JANEIRO JOANINO: UMA
GEOGRAFIA DO PASSADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia).

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gisela Aquino Pires do Rio

Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Fania Fridman

Rio de Janeiro

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

FRIAS, Renato Coimbra.

Abastecimento de água no Rio de Janeiro joanino: uma Geografia do passado.

76p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013

Inclui Bibliografia

1 – Rio de Janeiro 2 – Abastecimento de água 3 – Geografia Histórica

Renato Coimbra Frias

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO RIO DE JANEIRO JOANINO: UMA
GEOGRAFIA DO PASSADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia).

Aprovada em 21 de Janeiro de 2013

Profª Drª Gisela Aquino Pires do Rio - Orientadora
Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Drª Fania Fridman - Coorientadora
Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof Dr Márcio Piñon de Oliveira
Professor da Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada a Mauricio de Almeida Abreu, meu eterno orientador, falecido no decorrer desta pesquisa. A paixão com que conduzia as suas investigações permanece até hoje como inspiração e serviu, sem dúvidas, como grande motivação para a escrita deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa é, para mim, um trabalho coletivo. Se escrevo a minha dissertação na primeira pessoa do plural, não o faço por pura formalidade acadêmica. Faço isso, pois seria injusto que eu detivesse a autoria de todas as reflexões e o esforço nela contidos. Dessa forma, gostaria de agradecer a algumas pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, por sempre me apoiarem e terem acreditado nas minhas decisões, e aos meus familiares, em especial minhas irmãs, avós e avôs. Agradeço também à Bela, que vinha me visitar nas madrugadas de estudo para ganhar um carinho na barriga.

Agradeço à Ana Carolina, a pessoa mais doce do mundo, companheira de estudos, sonhos e vida.

Agradeço a Cadu, Pedro, Bruno, Jorge e Diogo, meus grandes camaradas.

Agradeço aos meus companheiros de turma da Geografia (2006/1) que tornaram os meus anos de graduação e mestrado inesquecíveis.

Agradeço aos meus amigos e integrantes do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica. As discussões (no bar ou no laboratório) com Vitor, Deborah, Diogo, Gustavo, Patrícia e Marquinhos vão ficar guardadas pra sempre.

Agradeço muito ao Thiago, Gabriella e Thaiane, integrantes do GESTHU (IPPUR/UFRJ), que colaboraram na pesquisa documental e apontaram caminhos para a pesquisa desta dissertação.

Agradeço aos professores William Ribeiro e Márcio Piñon, que gentilmente aceitaram o convite para participar como banca examinadora dessa dissertação.

Agradeço à professora Gisela Aquino, que prontamente se dispôs a assumir a orientação do meu mestrado e teve a paciência de entender meus inúmeros pedidos de adiamento e atrasos na entrega dos textos solicitados.

Agradeço especialmente à minha coorientadora Fania Fridman, que mesmo antes do processo de seleção do mestrado colaborou com esta pesquisa. Durante os últimos três anos, a professora foi fundamental para que eu me mantivesse animado com os estudos acadêmicos, atendendo às minhas dúvidas (fossem elas relacionadas à pesquisa ou não) com rara atenção e carinho. Muito obrigado pelo apoio e inspiração.

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

As transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro em decorrência da transferência da corte portuguesa para a cidade em 1808 já foram longamente debatidos por autores de diversas áreas do pensamento. No entanto, dentre os elementos infraestruturais urbanos – entre eles iluminação, esgoto e rede de transportes – abordados por esses estudiosos, não foi considerado o sistema de abastecimento d'água. Em uma época em que eram poucos os estabelecimentos que possuíam água domiciliar, eram os chafarizes os responsáveis por abastecer grande parte da população carioca, o que torna fundamental a consideração desses aparelhos para a compreensão da constituição do espaço urbano carioca no período indicado. Dessa forma, o presente trabalho analisa o processo de formação e expansão do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro com o objetivo de trazer novas reflexões sobre as transformações ocorridas na cidade entre os anos de 1808 e 1821. Nossa análise parte do mapeamento dos chafarizes instalados na cidade até as primeiras décadas do século XIX, utilizando como principais fontes de pesquisa de três históricos sobre o abastecimento d'água da cidade produzidos no início do século XX, além as notícias publicadas nos periódicos do Rio de Janeiro oitocentista. A partir da consideração da distribuição geográfica e do substrato material desses chafarizes, pudemos chegar a algumas conclusões. Podemos afirmar a expansão do sistema de abastecimento d'água entre os anos de 1808 e 1821 é a mais clara tradução do contraditório processo de modernização da cidade no período, quando, ao mesmo tempo que instituições, hábitos e valores europeus eram importados para o Rio de Janeiro, mantinha-se na infraestrutura da cidade a presença do trabalho escravo, algo diretamente ligado ao passado colonial. Além disso, constatamos que os chafarizes, apesar de se constituírem como focos de água estagnada, o que à época estava associado à proliferação de doenças, não passaram pelo mesmo processo de periferização que os chamados *usos sujos* da cidade. Perceber isso reforça a importância que esses aparelhos urbanos assumiam no Rio de Janeiro durante o período estudado – algo pouco considerado nos trabalhos existentes sobre o passado da cidade.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Rio de Janeiro; Geografia Histórica

ABSTRACT

The urban transformations that have occurred in Rio de Janeiro due to the transfer of the Portuguese court to the city in 1808 have already been discussed by authors from different areas of thought. However, among the urban infrastructural elements - including lighting, sewage and transport network - addressed by these scholars, was not considered the water supply system. In a time when there were few establishments owned household water, fountains were responsible for supplying much of the population of Rio, which makes the consideration of these devices fundamental in understanding the constitution of urban space of Rio on the indicated period. This paper analyzes the formation and expansion of water supply system in Rio de Janeiro with the goal of bringing new thinking about the transformations that occurred in the city between the years 1808 and 1821. Our analysis starts from the mapping of fountains installed in the city until the early decades of the nineteenth century, using as main sources of historical research on the three water supply of the city produced in the early twentieth century, and the news published in the journals of Rio de Janeiro of the XIX century. From the consideration of the geographical distribution and the material of these fountains, we can come to some conclusions. We affirm that the expansion of water supply system between the years 1808 and 1821 is the clearest translation of an adversarial process of modernization of the city in the period when, while institutions, habits and European values were imported into the Rio January, remained in the city's infrastructure the presence of slave labor, something directly linked to the colonial past. Furthermore, we found that the fountains, although they constitute as foci of stagnant water, which at the time was associated with the proliferation of diseases, not gone through the same process peripherization that the so-called *dirty uses* of the city. Realizing this reinforces the importance that these devices urban assumed in Rio de Janeiro during the period studied - something rarely considered existing work of the city's past.

Keywords: Water System Supply; Rio de Janeiro; Historical Geography

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Método horizontal e método retrospectivo -----	09
Figura 2 - Método sincrônico e método diacrônico -----	10
Figura 3 - Cortes horizontais unidos diacronicamente -----	11
Figura 4 - Cidade do Rio de Janeiro em 1808 -----	25
Figura 5 – Chafariz da Carioca -----	40
Figura 6 – Chafariz da Praça do Carmo -----	45
Figura 7 – Escravos carregadores de água -----	48
Figura 8 – Chafariz do Campo de Santana, por Thomas Ender, 1817-----	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Sítio Urbano do Rio de Janeiro -----	25
Mapa 2 – A cidade do Rio de Janeiro em 1723 e o Chafariz da Carioca -----	43
Mapa 3 - Distribuição espacial dos chafarizes em 1808 -----	50
Mapa 4 - Distribuição espacial dos chafarizes em 1821 -----	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Obras realizadas no sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro (1723-1808) -----	46
Tabela 2 - Obras realizadas no sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro (1808 - 1821) -----	53
Tabela 3 – Secas ocorridas no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX - -----	62
Tabela 4 – Ano de construção e localização dos chafarizes -----	71
Tabela 5 - Banco de Dados do NPGH -----	72

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Discussão metodológica e antecedentes da pesquisa	6
1.1 “Uma Geografia do Passado”	6
1.2 As três camadas analíticas de Tvedt	13
1.3 Água e cidade no Brasil do passado	15
Capítulo 2 - As transformações espaço urbano carioca na virada do século XVIII para o XIX	20
2.1 O Rio de Janeiro e a colonização portuguesa na América	20
2.2 O Rio de Janeiro na iminência da chegada da família real	26
2.3 A chegada da Família Real e a construção de uma nova cidade	30
Capítulo 3 - O abastecimento d’água do Rio de Janeiro no contexto das transformações urbanas nos primeiros anos do século XIX	38
3.1 A formação do sistema de abastecimento d’água	38
3.2 A expansão do sistema de abastecimento d’água	52
Conclusão	65
Referências	68
Anexo	71

Introdução

Este trabalho teve início em 2008, quando o professor Mauricio Abreu, coordenador do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica (UFRJ), sugeriu a continuidade de uma investigação que, segundo ele, havia sido apenas “tateada” para a produção do texto “A cidade, a montanha e a floresta” de 1992, no qual Abreu investiga diversas etapas do processo de formação da cidade do Rio de Janeiro, dando enfoque às dificuldades enfrentadas no estabelecimento de um sistema de abastecimento d’água.

Tal sugestão foi motivada pelo fato de muitas das fontes primárias consultadas por Mauricio apresentarem informações sobre a história do abastecimento d’água da cidade que ainda não haviam sido investigadas e por tal temática ser pouco recorrente nos trabalhos acadêmicos que trataram do passado da cidade – algo que o próprio professor indicava já no seu estudo de 1992 (Abreu, 1992:61)

De início, a pesquisa esteve concentrada na sequência de secas pela qual passou a cidade durante a segunda metade do século XIX, buscando documentar seus impactos e as reações da população, além de discutir as posições levantadas por especialistas, autoridades e técnicos que, em resposta a esse problema, debateram os seus motivos e as possíveis soluções.

No entanto, essa pesquisa esbarrou em um problema que viria se tornar a inspiração para o tema da minha monografia (Frias, 2009). Para que se pudesse avaliar o impacto dessas secas nas diversas partes da cidade era necessário que se conhecesse a forma como estava constituído o sistema de abastecimento d’água do Rio de Janeiro no século XIX. Mas nem as fontes primárias nem a bibliografia consultada apresentava uma espacialização desse sistema. Foi necessário, portanto, realizar o mapeamento do sistema de abastecimento d’água da cidade.

Até meados do século XIX, a água utilizada pelos moradores do Rio de Janeiro era distribuída através dos chafarizes instalados nas vias públicas da cidade. Poucos eram os estabelecimentos que possuíam água domiciliar, estando a imensa maioria da população dependente desses pontos de coleta. Assim sendo, os chafarizes assumiam uma forte centralidade na organização interna da cidade e apontar a sua localização significaria apresentar um novo elemento para o estudo do passado do Rio de Janeiro. Na inexistência de um mapa dos chafarizes da cidade nos séculos XVIII e XIX –

período em que vigorou esse modelo de abastecimento d'água – Mauricio de Abreu sugeriu que o mapeamento e discussão do processo de formação desse sistema fossem o tema da minha monografia.

O mapeamento dos chafarizes foi realizado a partir da leitura de três textos: o *Notas sobre o abastecimento água ao Districto Federal*, um histórico do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, produzido pelo Ministério de Viação e Obras públicas no início do século XX; O *serviço de abastecimento de água no Rio de Janeiro (informações summarias)*, outro histórico, também do início do século XX, publicado pela Directoria de Estatística e Archivo da Prefeitura do Districto Federal; e o *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*, artigo publicado em 1935 por Magalhães Corrêa na Revista do IHGB que apresenta um inventário das fontes e chafarizes construídas na cidade nos séculos XVIII e XIX. Buscou-se nesses documentos a localização dos chafarizes, as fontes d'água que os abasteciam, os materiais utilizados na sua construção e o ano em que cada um deles foi construído. As informações encontradas foram cruzadas e, a partir delas, foi realizado o mapeamento.¹

Se, por um lado, a monografia teve como principal colaboração apresentar um inédito mapeamento dos chafarizes instalados na cidade durante séculos XVIII e XIX, por outro, constitui-se como um trabalho majoritariamente descritivo. Nela, algumas hipóteses foram levantadas, mas a discussão sobre as relações entre a evolução da cidade e a do próprio sistema de abastecimento foi pouco abordada. Colaborou para isso a escolha de um recorte temporal extenso, 1723-1846, que não permitiu o aprofundamento em questões específicas de determinadas etapas desse processo de evolução.

Para a continuidade dessa pesquisa, que resulta agora nesta dissertação de mestrado, optou-se trabalhar com um recorte temporal mais reduzido, enfocando as transformações ocorridas no Rio de Janeiro durante a estadia da Família Real, entre os anos de 1808 e 1821. Este evento e as suas consequências para a cidade já foram longamente debatidos por autores de diversas áreas do pensamento². No entanto, dentre

¹ Em alguns casos os documentos forneciam apenas a localização ou o ano de construção dos chafarizes. Cruzar as informações encontradas foi importante tanto pelo fato de serem complementares, quanto porque, em alguns casos, os chafarizes recebiam mais de um nome.

² Ver Schultz (2000), Gomes (2007) e Barra (2008).

os elementos infraestruturais urbanos – entre eles iluminação, esgoto e rede de transportes – abordados por esses estudiosos, não foi considerado o sistema de abastecimento d'água. O que mostraremos aqui é que a análise da formação e expansão desse elemento da infraestrutura urbana pode revelar novas perspectivas sobre a cidade no período em tela.

Para a presente etapa da pesquisa, os textos utilizados no mapeamento dos chafarizes foram revisitados, buscando-se novas informações relativas ao processo de formação e expansão do sistema de abastecimento d'água carioca. Soma-se também ao conjunto de fontes pesquisado um levantamento das notícias publicadas ao longo do século XIX e início do século XX nos dois principais veículos de informação existentes no Rio de Janeiro do período: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808 - 1822) e o Diário do Rio de Janeiro (1821 - 1878). Tal levantamento foi realizado pelos bolsistas do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica entre os anos 80 e 90 sob a orientação do Professor Mauricio de Almeida Abreu. Tendo como objetivo principal reunir informações referentes à cidade do Rio de Janeiro publicadas nesses dois periódicos, o material resultante desse levantamento toma forma em um conjunto de 4000 fichas, cada uma correspondendo a uma notícia publicada ou na Gazeta ou no Diário durante os séculos XIX e XX.

A consulta desse material se faz necessária, pois nesses periódicos publicavam-se ordens e comunicados advindos de atores diversos da esfera pública, tais como a câmara municipal e os fiscais de freguesia, e muitas dessas publicações diziam respeito ao espaço urbano carioca.

O arquivo reunido pelo NPGH está organizado de acordo com o ano de publicação da notícia catalogada e o tipo de informação nela presente. Dessa forma, as fichas foram divididas por ano e em categorias como Infraestrutura Urbana, Limpeza Pública, Obras Públicas, Legislação Municipal, Mercado Imobiliário, Comércio, etc. Dessas fichas, 706 foram lidas e, das fichas lidas, 146 foram selecionadas para serem utilizadas na dissertação.

A seleção das fichas a serem utilizadas seguiu o seguinte procedimento: primeiro foram selecionadas aquelas correspondentes a notícias publicadas entre os anos de 1808 e 1860, período em vigorou na cidade do Rio de Janeiro o sistema de abastecimento d'água baseado em chafarizes. Dessas fichas, foi feita a leitura daquelas presentes em

categorias que se aproximassem do tema desta dissertação. Por último foram selecionadas as fichas que ou apresentassem informações objetivas que pudessem servir à construção da pesquisa (a localização de um chafariz, o tempo de construção de um encanamento, o material utilizado nas obras de abastecimento d'água, etc) ou fossem consideradas representativas de algum tipo de notícia recorrente no material lido (pedidos de retirada de entulhos das ruas, reclamações por águas estagnadas, ordens de limpezas de fachadas das casas, etc).

No primeiro capítulo, apresentamos uma breve discussão sobre o campo teórico-metodológico no qual esta pesquisa está inserida. Primeiramente, defendemos a ideia de que a Geografia pode tratar de temas antes apenas debatidos por historiadores, na medida em que o seu campo de estudo não é definido pelo privilégio de um recorte temporal específico – no caso o presente – e sim pelas questões que ela lança sobre o tema estudado. Feito isso, apresentamos a nossa metodologia de pesquisa, mostrando como este trabalho dialoga com os aqueles realizados no âmbito do Núcleo de Pesquisa de Geografia Histórica e ainda apresentando a proposta metodológica de Henry Tvedt, utilizada aqui para guiar a nossa pesquisa documental. Por último, fazemos uma revisão sobre alguns escritos realizados no Brasil que trataram do binômio água e cidade em contextos semelhantes ao nosso, ou seja, buscaram discutir aspectos específicos do passado das cidades brasileiras a partir da consideração do seu sistema de abastecimento d'água.

No segundo capítulo, apresentamos, em primeiro lugar, uma discussão sobre a fundação e o processo de formação da cidade no contexto da colonização portuguesa na América, dando destaque às relações existentes entre governo local e metropolitano que foram fundamentais para a forma como se constituiu a morfologia da cidade. Em seguida, realizamos uma sucinta caracterização do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX, buscando introduzir as transformações que viriam ocorrer na cidade após a chegada da família real – o que expomos na última parte do capítulo.

No terceiro e último capítulo, analisamos a formação e a expansão do sistema de abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro no período que vai da chegada à partida da família real, tomando dois cortes sincrônicos, os anos de 1808 e 1821 como balizas. Para isso, em alguns momentos da nossa análise precisaremos retroceder no tempo, trazendo à tona alguns aspectos da cidade colonial que podem nos auxiliar na

compreensão da configuração material e espacial do sistema de abastecimento d'água carioca no início do século XIX. Sendo os chafarizes os principais pontos de distribuição de água da cidade, privilegiamos a análise da difusão desse tipo de aparelho de abastecimento no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Capítulo 1 – Discussão metodológica e antecedentes da pesquisa

Um leitor desavisado ao se deparar com o tema desta pesquisa estranharia de imediato o fato de um geógrafo estar direcionando os seus estudos para algo que aconteceu “no passado”. Ora, não seria a Geografia uma ciência preocupada com o presente? Não seria o passado campo preferencial dos historiadores, estando a Geografia voltada para o recorte temporal atual? Neste capítulo iremos elucidar essas questões, apresentando o campo metodológico no qual a nossa pesquisa está inserida.

Apresentaremos também uma revisão de autores que refletiram sobre questões relativas às cidades do Brasil colonial tomando a água como fio condutor das suas investigações. A partir dessa leitura, pretendemos demonstrar qual é a contribuição do nosso trabalho frente aqueles analisados.

1.1 – “Uma geografia do passado”

A discussão sobre os limites e possibilidades de diálogo entre a Geografia e a História é antiga, profícua e é essencial para que entendamos o campo de pesquisas no qual repousa o presente estudo. Como aponta Abreu (2000:14), tal discussão generalizou-se entre os geógrafos, sobretudo na França onde a batalha pela institucionalização da Geografia se deu ao buscar sua independência frente à História. Definir o que era a Geografia era buscar um campo disciplinar autônomo à História.

Dialogando com geógrafos como Jean Brunhes (1912) e André Cholley (1942), Maurício Abreu explica como se fortaleceu na França da primeira metade do século XX o que ele chamou de “ditadura do presente” - um direcionamento dos estudos geográficos apenas para os “meios atuais”. Brunhes (*apud* Abreu, *op.cit.*:14), no seu clássico “A geografia humana” afirmava que

Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver! (...) Consequentemente, o método geográfico (...) é um método que privilegia o estudo exato, preciso, do que existe hoje (...) Adquiramos conhecimento daquilo que existem do estado geográfico do presente, sem sermos obrigados a estudar primeiro a origem e as transformações históricas dos fenômenos (...)

Os geógrafos não devem se transformar em historiadores (...) eles devem sempre se esforçar para não perder de vista estas pedras fundamentais da verdadeira geografia que são os ‘fatos essenciais’ (...)

Não será mais lógico que examinemos primeiro aquilo que podemos ver antes que evoquemos testemunhos mais ou menos completos e mais ou menos autênticos do que nossos ancestrais viram? Os dois estudos são legítimos; longe de serem mutuamente exclusivos, eles devem se completar e, sem dúvida, devem mesmo confirmar-se mutuamente. Mas, se é permitido a alguns tratar esses fatos exclusivamente sob o ponto de vista histórico, por que nos seria recusado tratá-los apenas sob o ponto de vista geográfico? Eis aí claramente o que reivindicamos.

Definida por Cholley (*apud* Abreu, *op.cit.*:15) como sendo “a construção lógica do presente”, na visão desses dois autores não caberia à Geografia tratar de um momento do passado. Entendendo que tal visão permanece até hoje e que a limitação do campo de estudos do geógrafo ao presente empobrece as possibilidades de análises, seria preciso apresentar outra abordagem para definir os limites entre a Geografia e a História.

Para isso podemos afirmar com Abreu (2000) que *a priori* não há impedimento para que os geógrafos trabalhem com o passado. As análises que fazemos para compreender o momento atual podem também ser feitas para tempos que decorreram, bastando atentar para as necessárias correções metodológicas, pois o que distingue a Geografia das outras ciências sociais são as questões que se propõem e o método aplicado para o entendimento das sociedades. E essas questões não são apenas as do presente. Este, junto com o passado e o futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras da Geografia ou de qualquer outra ciência social. As ciências humanas e sociais trabalham com conexões que dão peculiaridade a cada uma das disciplinas.

E assim como Gomes (2009:27) confiamos que, independente do tempo priorizado, há sempre uma análise geográfica quando o centro da nossa questão é a ordem espacial. Haverá sempre Geografia quando o fenômeno da dispersão espacial constituir-se na questão central do problema. A Geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial. A unidade não provem, portanto, do recorte temporal no qual ele se encontra, mas do tipo de pergunta que fazemos.

Ao tratarmos dessas “geografias do passado” (ou as geografias do “presente de então”)³, é importante sermos cautelosos na forma como organizamos os nossos recortes temporais.⁴ Lawrence Estaville Jr. no artigo “*Organizing time in historical geography*” (1991, p. 310-322), nos oferece um valioso esforço de teorização da organização do tempo em trabalhos geográficos. Para aquele autor, os geógrafos desenvolveram uma série de estratégias de organização espaço-temporais para a investigação de padrões e de processos espaciais no passado:

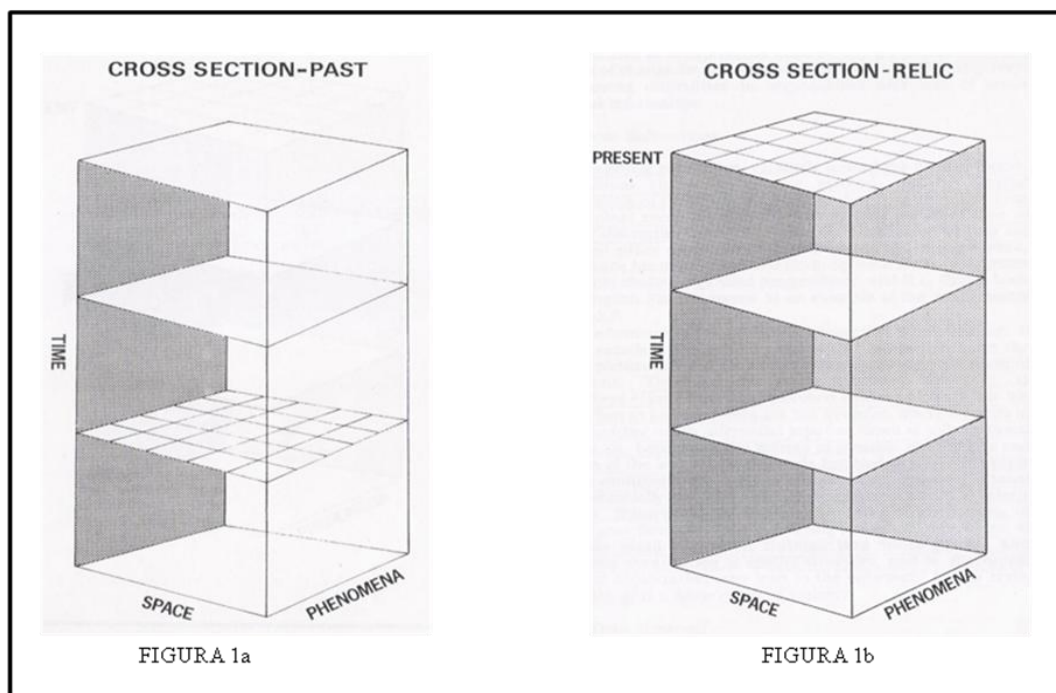
- 1) o corte temporal transversal (*temporal cross section*);
- 2) os cortes transversais sincrônicos (*synchronic cross sections*);
- 3) a subseção ou as subseções diacrônicas (*diachronic subsections*); e
- 4) a integração de duas ou mais dessas estratégias.

Vejamos o que cada uma dessas possibilidades representa: o corte temporal transversal pode ser subdividido em outros dois: a seleção de uma seção de tempo no passado (*cross section – past*) e o método retrospectivo ou refletivo (*cross-section – relic*). No primeiro caso (Figura 1a), também conhecido como fatiamento do tempo ou método horizontal, pretende-se recriar do chamado “presente de então” através da disponibilidade de fontes materiais espaciais. Por se tratar de uma estrutura temporal estática, possibilita a simplicidade, a economia e a facilidade na organização da pesquisa. No segundo caso (Figura 1b), o que se tem é a reconstrução de geografias passadas de acordo com os vestígios encontrados na paisagem atual.

³ Tal expressão é utilizada por Abreu (op. cit.) para se referir à possibilidade de se pensar um tempo passado de maneira sincrônica. Ou seja, o geógrafo, ao se debruçar sobre um objeto localizado no passado não precisa, necessariamente, buscar uma relação do que analisa com o presente.

⁴ Para uma discussão pormenorizada da “Geografia do passado” (ou Geografia Histórica), ler o artigo “A Geografia Histórica como campo de pesquisas: definições, tensões e metodologias” (Alves, 2011b). Grande parte das reflexões aqui expostas é tributária deste trabalho.

Figura 1 - Método horizontal e método retrospectivo



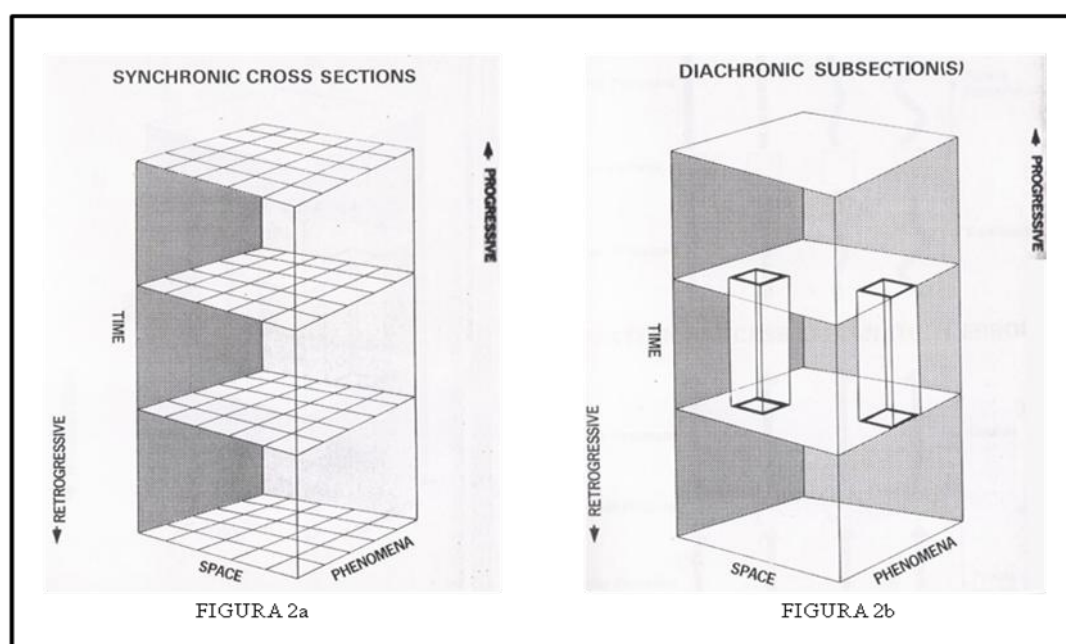
Fonte: Estaville Jr., 1991: 311-313

Os cortes transversais sincrônicos (Figura 2a) são apenas uma extensão do corte temporal horizontal e podem ser feitos do passado para o presente (progressivamente) ou o contrário (retrogressivamente). Para Estaville Jr, são três as vantagens deste método: ele permite reflexões pontuais para o incessante desenrolar do tempo, possibilita a análise espacial detalhada de uma série de fenômenos em cada uma das seções temporais e é capaz de promover comparações temporais e entre processos a partir da passagem de um instante a outro. Por outro lado, há uma restrição do entendimento do processo em caso de um número reduzido de recortes e uma dificuldade de analisar aquilo que ocorre fora dos recortes, muitas vezes inferido com interpretações errôneas. Outro problema é que as taxas de mudança dos fenômenos observados podem variar.

Já as subseções diacrônicas ou longitudinais (Figura 2b) são utilizadas quando se pretende isolar relações espaciais de um fenômeno particular a partir de um fluxo contínuo de tempo e, assim como os cortes sincrônicos, podem ser organizadas progressivamente ou retrogressivamente. Sua maior vantagem é proporcionar uma análise rica em termos de processo, como em um filme. A primeira desvantagem refere-se à tentativa de analisar cadeias de eventos ininterruptamente e esbarrar na escassez de

dados; a segunda diz respeito ao número pequeno de fenômenos observados. Outras desvantagens, segundo Estaville Jr. são: as taxas de evolução do fenômeno podem variar e dificultar a análise processual; os movimentos relativamente rápidos no tempo podem embaçar a precisão da análise da estrutura espacial e, por último, a organização temporal diacrônica pode conduzir à crítica de se tratar de fato geografia ou de alguma rubrica da história.

Figura 2 - Método sincrônico e método diacrônico



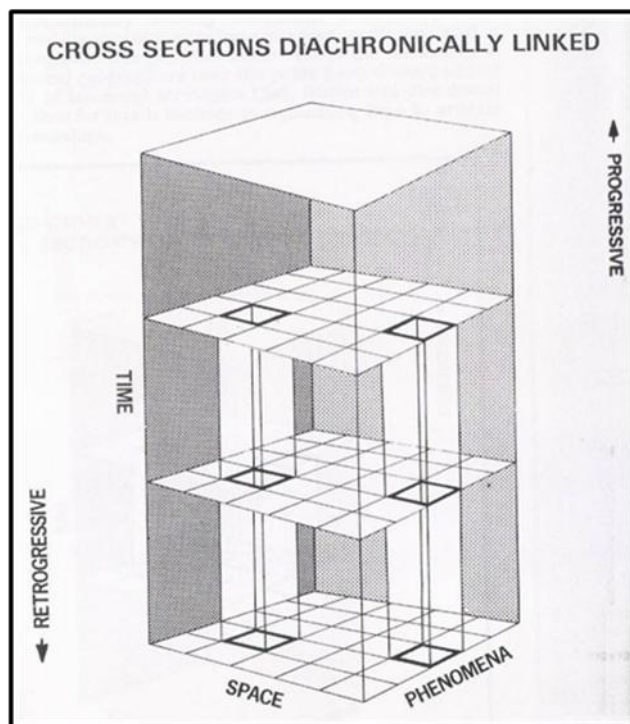
Fonte: Estaville Jr., 1991:314-316.

Como pode-se perceber, tanto a sincronia quanto a diacronia apresentam limitações à análise espaço-temporal. A primeira, definida por Milton Santos (1996:159) como o “o eixo das coexistências” empobrece o estudo do processo; a segunda, definida pelo mesmo autor como “o eixo das sucessões”, empobrece a análise da estrutura espacial. A solução, segundo Estaville Jr. (op. cit:319-322) vem das possibilidades de integração entre ambas: a abordagem sincrônico-diacrônica (Figura 3).

Alves (2011b) comenta essa última possibilidade de abordagem, pontuando que se, de um lado, o viés diacrônico permite o isolamento de uma categoria específica (no

nosso caso, o sistema de abastecimento d'água) e a identificação de possíveis permanências e mudanças nos seus padrões espaciais, por outro a análise de tais padrões não pode negligenciar a totalidade espacial na qual ela está imersa. E, sendo assim, devemos nos valer da estrutura espacial privilegiada na sincronia.

Figura 3 - Cortes horizontais unidos diacronicamente



Fonte: Estaville Jr., 1991:320.

A metodologia proposta por Estaville Jr. constituiu-se como referência central nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica, grupo de pesquisa coordenado por mais de duas décadas pelo professor Mauricio de Almeida Abreu, no Departamento de Geografia da UFRJ.

O trabalho apresentado por Alves (2011a), por exemplo, se vale da união das perspectivas sincrônica e diacrônica. Tratando da geografia do comércio atacadista carioca na segunda metade do século XIX, o autor isola a categoria *comércio atacadista*, vista processualmente a partir de dois recortes sincrônicos: 1855 e 1900.

Este autor justifica a seleção recorte temporal lembrando que a partir da segunda metade do século XIX a cidade do Rio de Janeiro passa a experimentar com mais

intensidade a tensão entre as temporalidades colonial e capitalista. Dessa forma, a escolha do ano de 1855 permite analisar o período imediatamente anterior à chegada de uma importante inovação no sistema de circulação, a Estrada de Ferro Dom Pedro II. A partir de 1858, a ferrovia passa a funcionar como elemento modernizante da exportação cafeeira, principal atividade comercial da cidade. Seguindo o mesmo raciocínio, a análise do ano de 1900 permitiu ao autor explorar o momento anterior à Reforma de Pereira Passos, uma intervenção do Estado que, na primeira década do século XX, vem acelerar o processo de separação entre as classes sociais e os usos do solo – dentre eles, o uso comercial.

Podemos citar ainda o trabalho realizado pelo próprio Mauricio de Almeida Abreu, intitulado *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII*, no qual investiga a cultura canavieira nos primeiros anos de formação da cidade. A partir de uma pesquisa minuciosa de documentação primária, identifica e localiza os engenhos fluminenses existentes nos séculos XVI e XVII. Tomando as décadas compreendidas entre os anos de 1570 e 1700 como cortes sincrônicos progressivos, Abreu constata que houve um crescimento contínuo do número de engenhos por todo o período estudado, questionando a tese corrente na historiografia de que haveria ocorrido uma crise na economia açucareira nos anos “de baixa do açúcar” (pós-1640) e “de crise aguda” (1660 e 1670).

Nossa análise aqui realizada também está em conformidade com a metodologia apresentada por Estaville Jr. (op. cit.). A partir de dois cortes sincrônicos, os anos de 1808 e 1821, analisaremos o processo de expansão do sistema de abastecimento d’água do Rio de Janeiro em meio as transformações ocorridas na cidade durante o mesmo período. A escolha do ano de 1808 permite analisar o momento da chegada da família real, evento que trouxe implicações diretas na forma como se pensou e produziu a cidade e o seu sistema de abastecimento d’água na primeira metade do século XIX. Já o ano 1821 foi escolhido para fechar nosso recorte, para que pudéssemos apreender as relações existentes entre a expansão desse sistema com as modificações empreendidas no Rio de Janeiro durante a estadia da corte na cidade.

No período em tela, o Rio de Janeiro estava limitado ao que hoje é conhecido como o seu “centro histórico”. Apesar da expansão pela qual a cidade passa no século XIX ser acompanhada também por uma expansão do sistema de abastecimento d’água

(principalmente em direção à Zona Sul e a São Cristóvão), o nosso recorte espacial está focado nas chamadas *freguesias urbanas*, onde se concentrava grande parcela da população carioca⁵ e também localizavam-se os principais pontos de coleta d'água da cidade.

1.2 – As três camadas analíticas de Tvedt

Tvedt (2010) apresenta uma proposta metodológica para os estudos que pretendem discutir as relações existentes entre sociedade e natureza. Sua abordagem parte do pressuposto que não é possível examinar tais relações de uma forma generalizada, dada a complexidade existente tanto na idéia de sociedade quanto de natureza (2010:143). O autor sugere, então, que essas relações devem ser examinadas a partir de um elemento específico da natureza e que se deve buscar uma forma de abordagem que escape de reducionismos, tais como determinismos biológicos ou construcionismos sociais (Tvedt, 2010:146).

Apesar de possuir objetivos diferentes dos nossos e de o fio condutor desta dissertação não ser exatamente as relações existentes entre sociedade e natureza, o autor apresenta uma perspectiva metodológica que pode nos ser útil. Isso porque exemplifica a sua proposta tomando a água como elemento a ser analisado.

Tal proposta está calcada no exame de aspectos da água divididos em três camadas analíticas distintas. E essa proposição nos serve, pois a partir da consideração dessas três camadas analíticas, podemos discutir também a formação e expansão do sistema de abastecimento d'água no Rio de Janeiro Joanino. Ou seja, podemos, por exemplo, adotar o modelo proposto pelo autor para analisarmos de forma sistematizada o conjunto de fatores que condicionavam a instalação dos chafarizes no espaço urbano carioca no período estudado.

5 “Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros dos Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição” (Abreu, 2006 [1987]:35)

Na primeira dessas camadas, o foco está voltado aos aspectos físicos da água, tais como o regime pluviométrico local, a vazão e a altimetria dos rios, a potabilidade dos corpos hídricos, entre outros.

Não há aqui a necessidade de considerar todos os aspectos físicos da água, mas apenas aqueles relevantes à história a ser escrita. No nosso caso, por exemplo, interessaria saber a configuração hidrográfica com a qual os cidadãos cariocas tinham que lidar no momento de captar água.

É importante que os aspectos da primeira camada sejam pensados a partir de um conjunto de questões e não sirvam apenas para compor um quadro descritivo da cidade nos séculos XVIII e XIX. Ou seja, partiríamos do pressuposto (talvez óbvio, mas muitas vezes negligenciado) que a dimensão biofísica do espaço não deve aparecer como mero pano de fundo de uma história a ser contada, mas como elemento fundamental para a compreensão de determinados eventos históricos.

A segunda camada diz respeito às modificações realizadas pelos homens na paisagem física da água⁶ e aos objetos construídos por eles que possuam alguma relação com o líquido. Segundo o autor, devemos analisar tais empreendimentos realizados pelo homem tendo em mente que tanto as possibilidades técnicas de manipular e utilizar a água em um determinado período, como os próprios objetos construídos para esses fins, refletem as influências tanto de contextos naturais e culturais específicos. Dessa forma, conjuntamente à observação de determinados aspectos ligados à hidrografia da cidade à época, deve-se também examinar como se captava e se distribuía água no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX. Que materiais eram utilizados, quais eram as técnicas e tipos de construções existentes, que rios foram captados, quais eram os componentes da rede de abastecimentos, são todas questões encaixadas aqui nesta segunda camada.

A dimensão ideológico-simbólica e político-institucional compõe a terceira e última camada. Esta inclui a compreensão de práticas de gestão e manejo da água, além das idéias e valores existentes sobre a água e sobre o seu controle. Uma abordagem histórica que ressalte tais aspectos suscitam as seguintes questões: o que significava, nesse Rio de Janeiro que estamos estudando, morar perto da água? Ou então, quem

6 O autor utiliza a expressão “physical water landscape”. Ainda que o termo paisagem possa trazer conotações diversas, uma discussão mais aprofundada do conceito fugiria dos objetivos do presente trabalho e, por isso, optamos pela tradução literal da expressão.

eram os atores envolvidos na captação e distribuição da água na cidade e quais eram os seus interesses?

Ainda que o autor chame atenção para o fato de que tais camadas devem ser compreendidas tanto individualmente quanto em conjunto, dificilmente conseguiríamos (ou pelo menos seria pouco interessante) escrever uma história tão fragmentada, onde os aspectos correspondentes a cada uma das camadas aparecessem isolados de todo o resto e em momentos diferentes. Analisar separadamente cada um desses aspectos para ao final chegar a uma síntese (uma sobreposição de camadas) talvez não seja a melhor opção a seguir. No entanto, tal sistematização se apresenta como uma boa orientação na leitura dos documentos, já que categoriza as informações a serem pesquisadas e nos atenta à busca de fatores de naturezas distintas para a compreensão da lógica de distribuição espacial dos chafarizes cariocas.

1.3 – A água e a cidade no Brasil do passado

Dizer que “não há vida sem água” é banal. Não há ali qualquer informação nova e não há também nenhuma provocação que nos leve a contestá-la. Tão banal quanto seria dizer que uma cidade para existir precisa, antes de tantas outras coisas, de água. Como nos lembra Swyngedouw (2001:101), o próprio processo de urbanização está baseado no domínio e na engenharia das águas naturais. Ou seja, a conquista da água é um atributo necessário para a localização, o crescimento e a expansão de uma cidade.

No entanto, a obviedade da importância da água para a existência de uma cidade pode fazer com que releguemos à água certo grau de invisibilidade. Pode fazer com que, ao revermos sua história ou refletirmos sobre uma cidade, não atentemos ao que a água pode nos revelar.

No Brasil, poucos autores discutiram o abastecimento d’água das cidades a partir de um cenário mais próximo do nosso. Fonseca (2004), por exemplo, trata da questão do controle e do uso da água em Vila Rica/Ouro Preto durante os séculos XVIII e XIX. Segundo o autor,

(...) desde os primórdios da vila, a água foi tratada como um bem dotado de valor econômico. A forte demanda deste recurso nos serviços de mineração e nos misteres da vila determinou o surgimento de vários

conflitos em torno da sua posse e do seu uso. Diversos mineiros se assenhoraram de córregos, só os repartindo por preços abusivos. Rios secaram, nascentes morreram, pequenos conflitos armados se instalaram. No âmbito da vila, faltou chafariz e água na bica para atender ao vertiginoso crescimento demográfico (2004:98).

Conta o autor que nos primeiros anos da Vila Rica as ações voltadas ao abastecimento de água foram eminentemente individuais, isto é, sem a interferência do poder público. Além disso, diferentemente do Rio de Janeiro, Vila Rica era bastante privilegiada no que diz respeito ao acesso à água potável. Em função da sua topografia e dos seus numerosos mananciais, não eram necessárias grandes obras de captação e condução das águas, e tampouco grandes esforços para se realizar o esgotamento sanitário. Fonseca (2004:47-49) observa também que algumas residências coloniais possuíam seus próprios chafarizes. Isso se dava quando os proprietários possuíam nascentes d'água nos próprios terrenos – porque, neste caso, as águas eram, juridicamente, consideradas de direito do dono do terreno – ou quando os particulares solicitavam licença do Senado da Câmara para “tirar” água do encanamento público, a exemplo do que fez um capitão em 1782. Ao contrário dos chafarizes públicos, os chafarizes particulares foram muito pouco estudados, de maneira que não se sabe ao certo se eles eram frequentes nas residências.

Ao tratar dos chafarizes públicos, chama atenção para o fato de que se, por um lado, eles não possuíam a mesma sofisticação arquitetônica daqueles encontrados no Rio de Janeiro, por outro, estavam instalados em grande quantidade na Vila Rica. Segundo ele:

Numa região onde água significava ouro, não cabia desperdício com fontes suntuosas, nas quais o caráter artístico superasse o caráter utilitário. (...) Ainda assim, no modesto panorama das fontes coloniais, Ouro Preto se destaca pela quantidade. Quanto à qualidade, só perde para o Rio de Janeiro e os vetustos chafarizes do Mestre Valentim (Fonseca, 2004:50).

Apesar de apresentar um mapa onde estão localizadas as fontes utilizadas para abastecimento d'água em Vila Rica durante período colonial, o autor atem-se, no capítulo onde trata dos pontos públicos de coleta d'água, à discussão sobre aspectos técnicos da captação e distribuição de água. E, mesmo demonstrando como a ascensão e

decadência desse modelo de abastecimento d'água está atrelada à ascensão e decadência da mineração na região, não trata da distribuição espacial desses pontos de coleta e as relações existentes entre o sistema de abastecimento e a cidade como temas relevantes na sua dissertação.

Honor (2008) é outro autor que se debruça sobre a questão do abastecimento d'água no período colonial brasileiro. Seu estudo apresenta uma análise da influência que as fontes de água possuíram no estabelecimento do núcleo colonizador e na formação do espaço urbano que daria origem a João Pessoa, procurando estabelecer uma relação entre a configuração das ruas e a construção da urbe, com a necessidade de se obter água potável para o consumo (Honor, 2008:3).

O primeiro ponto destacado é o fato de que, no caso da cidade de João Pessoa, a existência de lugares onde se pudesse obter água limpa e de boa qualidade foi ponto definidor da colonização:

Liderados por Frutuoso Barbosa, os desbravadores da região escolheram a margem direita do Rio Paraíba para estabelecer o início da colonização por acharem impossível a fixação do povoamento no outro lado, já que este não possuía um local em que se pudesse obter água de boa qualidade para o consumo (Honor, 2008:3).

Em seguida, através da observação de mapas e relatos do período, demonstra como construções sacras e militares eram comumente construídos nas proximidades de fontes d'água, ressaltando a importância de se considerar a localização desses pontos para se entender como se organizava o espaço intra-urbano de João Pessoa à época. Afirma também que as fontes de água influenciavam na formação da cidade, delimitando o contorno das sesmarias urbanas, por vezes modificando-os, para a possível inclusão de um local fornecedor de água potável.

Outro ponto curioso levantado por Honor é o fato de que essas fontes d'água configuravam-se como pontos de sociabilidade onde estavam presentes os mais diversos estratos sociais componentes da sociedade colonial, semelhante ao quadro descrito por Karasch (2000), quando cita dos chafarizes cariocas como pontos de encontro diário dos escravos aguadeiros.

Ao apresentar a importância da água como elemento condicionante da formação urbana, Honor (op. cit) se aproxima do nosso tema de pesquisa. No entanto, o autor, ao falar sobre “fontes d’água”, não deixa claro se está se referindo às fontes naturais, como nascentes e mananciais, ou aparelhos construídos, como bicas e chafarizes. Assim sendo, a discussão sobre a imbricação existente entre redes técnicas e cidades parece-nos ausente naquele trabalho.

Já Barreto (2005) estuda a captação, distribuição e uso das “águas urbanas” de Cuiabá dos séculos XVIII e XIX. Em pontos diversos da dissertação a autora deixa claro que o seu intuito ali é apresentar a água como objeto histórico, isto é, trazer a água para a história urbana de Cuiabá.

As formas materiais e simbólicas de relação dos corpos humanos com a água potável em ambientes urbanos não deveriam estar fora do campo de observação dos estudos históricos. Pois ela não está fora das práticas e das representações políticas, econômicas, sociais, culturais, que têm sido enfatizadas pelos historiadores. Essa é a questão central neste trabalho. A água potável urbana como um aspecto dessa questão maior, que tomo aqui como referencial. Essa questão tem estado praticamente *invisível* em bom número dos estudos históricos, como se os múltiplos agentes não necessitassem dela, vivenciassem uma história desidratada (Barreto, 2005:19).

Machado (2010) é um dos poucos autores que se dedicaram à questão do abastecimento d’água no Rio de Janeiro escravagista. Ao analisar as iniciativas da instituição governamental responsável pelo abastecimento de água no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, o autor descreve o processo que chamou de “domesticação da água”, já que trata de um período onde o modelo de distribuição de água baseado na coleta nos chafarizes e demais fontes públicas vai sendo gradativamente substituído pela distribuição no interior das residências. Ou seja, apesar de podermos estabelecer alguns diálogos com o autor, na medida em que os nossos temas de pesquisa estão muito próximos, Machado (op. cit) dedica-se a um recorte temporal posterior ao nosso, tratando de um período quando formas diferenciadas de se distribuir água passam a aparecer com mais força na cidade e os chafarizes vão gradativamente perdendo a sua “hegemonia”.

A água que aqui nos interessa tem local e tempo definidos. Oriunda de pontos diversos do Maciço da Tijuca, captada e encanada até bicas, fontes e chafarizes distribuídos pelas ruas do Rio de Janeiro do início do século XIX, a água servida em

vias públicas para a população carioca da época é o ponto de partida para a reflexão sobre a cidade.

Embora tenha sido relatada por cronistas e historiadores do final do século XIX e início do século XX (Brito, 1929), a temática do abastecimento d'água do Rio de Janeiro de séculos passados não é algo recorrente nos trabalhos acadêmicos mais recentes que tratam do passado da cidade. Dos autores que voltaram os seus estudos para o Rio de Janeiro oitocentista foram poucos os que atentaram para a importância da água.

Em um trabalho já considerado como de referência, Abreu (1992) explorou as relações entre a formação da cidade e o seu sítio, dando maior atenção à luta pelo abastecimento, tanto no que diz respeito à dificuldade de se captar e distribuir água à época quanto aos sucessivos períodos de seca pelo qual a urbe passou. Benchimol (1990) também deu atenção ao tema ao discutir a formação do que chamou de “sistema colonial escravista de distribuição de água”.

Nesse caso, o Benchimol se refere ao antigo sistema abastecimento d'água carioca que estava baseado na distribuição de pontos de coleta no espaço público da cidade. Se hoje a distribuição de água é doméstica, ou seja, a água que utilizamos é recolhida no interior das nossas casas, eram poucos os estabelecimentos que, durante os séculos XVIII e XIX possuíam saídas próprias de água. Entre eles, estavam prédios públicos e alguns conventos. Todo o restante da população dependia dos chafarizes que se espalhavam pelas ruas.

A distribuição espacial desses aparelhos públicos, a formação e a expansão do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro possuem uma historicidade ligada diretamente à forma como se produziu e pensou a cidade durante os séculos XVIII e XIX. Assim como tantos outros elementos da infraestrutura, o sistema de abastecimento precisou se adaptar à chegada da Família Real, em 1808, marco fundamental na história urbana do Rio de Janeiro. Neste sentido, o que pretendemos mostrar aqui é que a água pode ser condutora de uma nova leitura sobre a cidade: é possível pensar as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX tomando um elemento específico da sua infraestrutura urbana como fio condutor da nossa leitura.

Capítulo 2 - As transformações espaço urbano carioca na virada do século XVIII para o XIX

Neste capítulo realizamos reflexão sobre a forma como se constituiu o Rio de Janeiro colonial e as mudanças pelas quais ele passou ao se transformar na sede da corte e capital do Império Português. Primeiramente analisamos a cidade no contexto da colonização portuguesa na América para, em seguida, debater quais foram as consequências da vinda da corte para a cidade. Tal discussão é de fundamental importância para que possamos compreender em que contexto se deu a formação e expansão do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro colonial e como esse processo é elucidativo das próprias transformações pelo qual o espaço urbano carioca vai passar na virada do século XVIII para o XIX.

2.1 – O Rio de Janeiro e a colonização portuguesa na América

Para compreender o Rio de Janeiro no alvorecer do século XIX é necessário destacar brevemente alguns aspectos da base urbana portuguesa na América colonial. Apesar das particularidades da sua fundação e posterior expansão, o Rio de Janeiro possuía, à época, uma série de características que marcavam o conjunto de cidades do Brasil colonial.

O primeiro ponto que podemos ressaltar é a o pequeno número de cidades e vilas fundadas na América portuguesa durante a época colonial. Como salienta Abreu (1996a: 146), é visível o contraste que se estabelece entre a imensidão do território conquistado pelos portugueses na América – que ultrapassou em muito a linha demarcatória de Tordesilhas – e a “baixa densidade” da sua base urbana no continente. Explica o autor que a presença portuguesa se resumiu, primeiramente, ao estabelecimento de feitorias na litoral da colônia, de onde o pau-brasil comercializado com os indígenas era embarcado para a Europa. Tal estratégia de ocupação traduz a pouca atenção dada pela metrópole ao território conquistado nos primeiros anos de colonização, justificada no fato dos portugueses não terem encontrado por aqui as riquezas minerais que tanto desejavam.

Tal aspecto fica mais evidente ainda quando comparado ao caso dos espanhóis. Esses, diferentemente dos portugueses, encontraram na América riquezas suficientes

para fazer da mineração sua base no processo de colonização, o que exigiu o estabelecimento de uma série de núcleos de controle e de produção e circulação de metais preciosos. Além disso, se depararam com uma formação urbana construída pelas civilizações ameríndias, facilitando o estabelecimento de uma rede de cidades muito mais complexa do que a modesta base urbana portuguesa (Abreu, op.cit.:147).

O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito à organização interna dos núcleos urbanos construídos pelos portugueses na América. A mais conhecida caracterização da forma como se constituíram morfologicamente as cidades no Brasil colonial foi dada por Sérgio Buarque de Holanda, quando afirmou que

(...) a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e a sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ (Holanda, 1984: 76).

Ao tratar do caso do Rio de Janeiro, Bernardes (1990: 86) nos dá uma descrição semelhante à de Holanda sobre o traçado das cidades coloniais portuguesas, dizendo que “na maior parte da cidade (...) pode-se reconhecer a dominância de um traçado quase espontâneo que, de certo modo, respeitou as imposições do meio, e, mesmo nas planícies, desconheceu planos ou normas preconcebidas”.

Novamente, esta característica torna-se mais flagrante se colocada em paralelo ao caso espanhol

onde a implantação de núcleos urbanos foi prevista rigorosamente pela Coroa, que impunha a adoção do plano em grelha, do tabuleiro de xadrez, e que chegava a detalhar os locais onde seriam construídos os edifícios da administração, as igrejas, os conventos e mesmo as residências da elite da terra (Abreu, op. cit.:151).

O rigor na implantação de cidades na América espanhola foi garantido inicialmente pela promulgação, 1573, das *Ordenações de Descobrimento e de Povoamento* de Felipe II, que depois (1680) foram recompiladas nas “Leis das Índias” um guia orientador do processo de colonização espanhola⁷.

⁷ “A frequência da *plaza mayor* como centro da composição urbana e do traçado em xadrez como seu complemento resultou, nas cidades de colonização hispânica, da existência de uma legislação uniforme que fazia parte integrante das famosas ‘Leyes de Indias’, no princípio leis esparsas, muitas das quais já

Indo de encontro ao pensamento mais comum de que a forma das cidades portuguesas na América possuíam um “traçado espontâneo” e que não eram de fato um “produto mental”, Abreu (op.cit.) apresentou uma nova visão sobre as curvas e traços que marcavam a morfologia do Rio de Janeiro e de tantas outras cidades coloniais do Brasil.

Em primeiro lugar, afirma o autor que “a pouca expressividade que teve o modelo em tabuleiro de xadrez no Brasil colonial não pode ser vista como ausência de rigor, de método ou de previdência no planejamento de núcleos urbanos” (Abreu, op.cit.:154). Ou seja, não existe uma correlação direta e necessária entre um modelo específico de morfologia urbana e a existência ou não de planejamento das cidades. Nesse caso, a simples comparação entre planos urbanos não diz muito sobre o histórico da base urbana portuguesa.

O segundo argumento levantado é que a menor regularidade no traçado de muitas cidades brasileiras é consequência justamente da existência de rígidos controles metropolitanos. Admitindo que tal afirmação possa parecer paradoxal, Abreu (op. cit: 154) explica que

A autoridade das Câmaras Municipais, sob o regime colonial, era bastante restringida pela exigência de obtenção de permissões, de licenças e de autorizações régias para inúmeras iniciativas locais, sobretudo quando estas envolviam despesas. Os governos municipais viviam sob um permanente regime de tutela, sendo abundantes os exemplos de obras públicas necessárias, muitas das quais urgentes, que eram adiadas ou procrastinadas, com graves prejuízos para a população e para a própria administração, por causa da demora de Lisboa em dar solução às consultas enviadas pelos governos locais (Coaracy, 1944:75-76). Consequentemente, muitas ‘soluções provisórias’, adotadas enquanto as ordens da metrópole eram esperadas, acabaram por se impor na paisagem, conferindo-lhe uma feição muito menos rígida do que aquela que predominou nos países vizinhos.

Portanto, curiosamente, a irregularidade do traçado urbano que encontramos no Rio de Janeiro e nas demais cidades coloniais portuguesas é fruto de um controle

vinham dos reinados de Carlos II (uma das leis urbanísticas mais importantes tem data de 1532) e de Carlos V e foram sendo encorpadas com o tempo, até se tornarem à época da sua ‘Reconpilación’ sob Felipe III, no começo do século XVII, verdadeiro código legislativo a que, no campo urbanístico, se deve atribuir a unidade dos traçados. Estes, se nem sempre lhe obedeciam com rigor, seguiam-nas pelo menos em parte, e principalmente quanto a essas duas particularidades: *plaza mayor* e do traçado das ruas em xadrez.” (Santos, 2008: 44-45).

excessivamente rígido da metrópole em relação às iniciativas locais e não de um descuido das autoridades com os aspectos da infraestrutura urbana. Isso vai se refletir também, como veremos, na forma como se constituiu o abastecimento d'água da cidade até o início do século XIX, quando grande parte das obras necessárias tardava muito a acontecer.

Ainda para entender determinados aspectos do Rio de Janeiro colonial, podemos recorrer a Santos (2008) que, ao analisar o processo de formação de cidades América portuguesa, sumariou os núcleos urbanos coloniais em três grupos distintos:⁸

- *idades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral*, fundadas na maior parte nos dois primeiros séculos, do extremo norte ao extremo sul, a maioria das quais tendo tido como base econômica principal o *açúcar*, outras não passando de praças-fortes, cuja localização dependeu quase exclusivamente de conveniências estratégicas. São Vicente, Cabo Frio, e Igaraçu, em Pernambuco, são exemplos;

- *idades de conquista do interior, em que se incluem as do bandeirismo e da mineração*, com as quais se fez, do primeiro ao terceiro século, a fixação do homem no sertão. Mogi-Mirim, Campanha, Minas Novas, Senhor do Bonfim, Crato, Viçosa do Ceará e Monção são exemplos;

- *idades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul*, cuja fundação ou desenvolvimento resultaram, no terceiro século, dos propósitos de conter eventuais investidas dos castelhanos e dos trabalhos que se completaram com os tratados de limites com a Espanha. Villa Boa (atual Goiás), Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres), Antonina e Castro são exemplos;

Inserida no primeiro desses grupos, a cidade do Rio de Janeiro, possuiu, a princípio, uma função defensiva. Como afirma Bernardes (1990:15), a baía da Guanabara foi, de início, preterida pela de Santos quando se tratou de estabelecer uma povoação de caráter permanente. A inexistência de trilhas indígenas que ligassem a Guanabara ao planalto, conjectura a autora, deve ter sido a razão fundamental para esse

⁸ Santos (2008:83) refere-se ainda a outros três grupos de cidades: as cidades do café; as cidades da borracha; e as cidades da indústria. Como o próprio autor ressalva, muitas das cidades que poderiam ser enquadradas nesses grupos não se circunscrevem ao período colonial, formando-se a partir da segunda metade do século XIX.

descaso pelo Rio de Janeiro, pois era no planalto que residia o grande interesse da metrópole, em virtude da miragem do ouro.

O que veio a impulsionar o estabelecimento de um núcleo urbano nas imediações da Guanabara foi a ameaça da perda do domínio territorial para outras nações europeias, em especial a francesa, cujas naus vinham, já no início do século XVI, fazer carregamentos de pau-brasil.

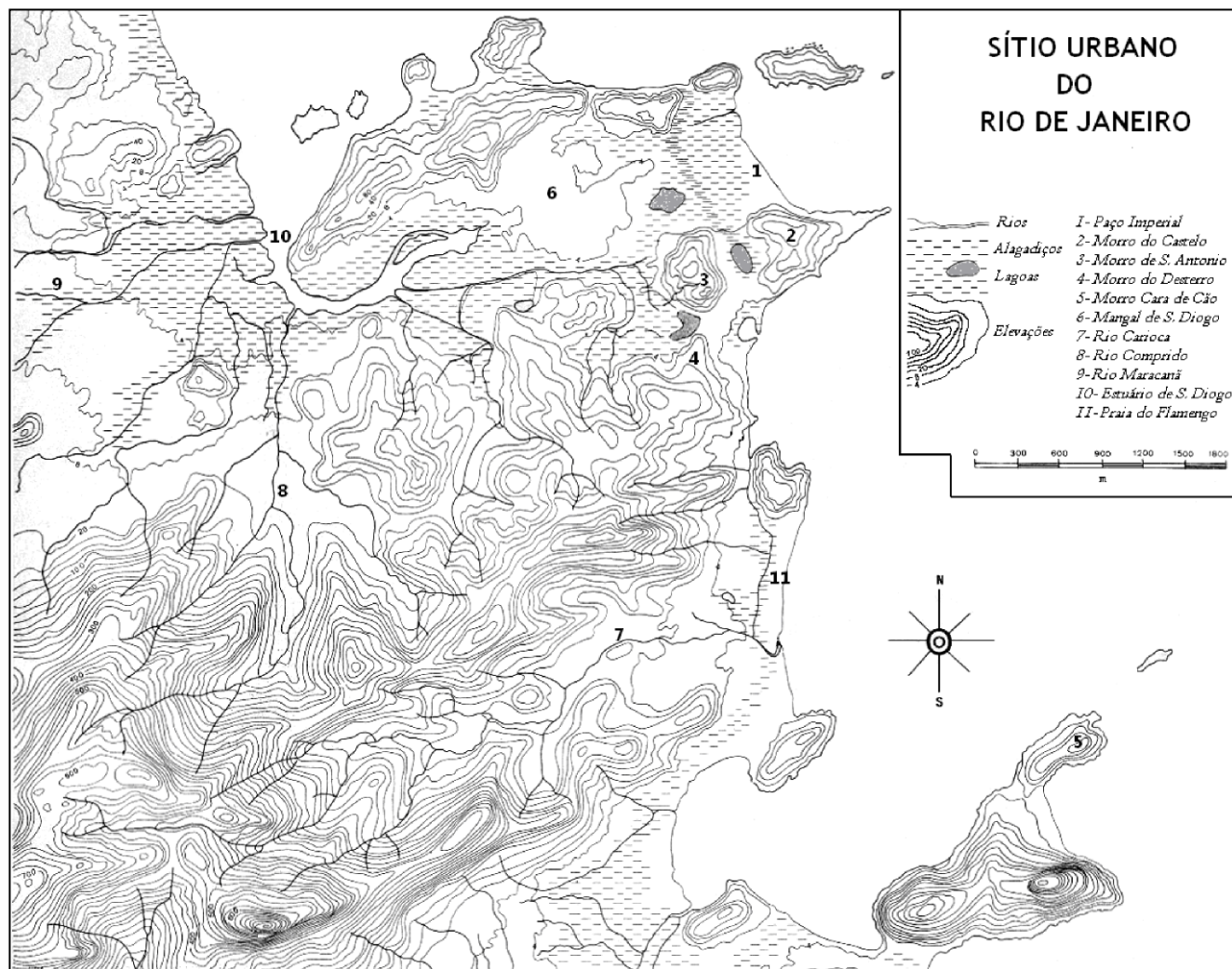
Foi, portanto, a ameaça representada pelo domínio francês na Guanabara que motivou a fundação do Rio de Janeiro e, desse modo, o que interessava aos colonizadores portugueses para fixar o germe atual da cidade era um sítio defensivo. Sítio que permitisse guardar a Guanabara contra nova tentativa de fixação dos inimigos e também contra a ameaça que os tamoios hostis representavam para as povoações já existentes na capitania (Bernardes, 1990:16).

Se a defesa da Guanabara fora a razão primordial da fundação do Rio de Janeiro, garantir sua posse seria a função inicial da cidade. Tratava-se, então, de criar uma cidade como Salvador na Bahia que, garantindo o domínio do porto, servisse de base para o devassamento e a ocupação da região. E com esse objetivo, o pequeno núcleo que havia se estabelecido entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar foi transferido para o morro de São Januário, mais tarde conhecido como morro do Castelo (Bernardes, op. cit:17).

Ainda que não permitisse grandes obras urbanísticas, nem um desenvolvimento regular de traçado urbano, estabelecer o núcleo urbano no morro de São Januário estava de acordo com as concepções militares da época, e sobretudo, dos portugueses, cujas cidades, com raras exceções, têm sítio alcandorados, ditados pelas necessidades de defesa. Correspondia, portanto, plenamente, à função para qual fora criada a povoação, logo cercada de muros e baluartes com artilharia.

Mapa 1 – Sítio Urbano do Rio de Janeiro

Fonte: Cabral (2011). Base cartográfica: Barreiros (1965)



Se ótimas eram as condições do sítio para a implantação de um núcleo fortificado, logo elas se tornaram um entrave ao desenvolvimento da cidade quando esta, ultrapassada a fase militar de fixação, ganhando a praia e a planície, precisou recorrer a obras de aterro e drenagem e palmo a palmo foi conquistando o atual espaço urbano (Bernardes, op. cit:19).

Como salienta Cabral (2011), para a geopolítica portuguesa dos primeiros séculos de colonização, o Rio existia muito mais como o nó de uma rede dendrítica que captava o excedente colonial e o enviava à metrópole do que como a base geográfica de um agrupamento humano. Não havia maiores compromissos com a cidade além daqueles indispensáveis à extração do excedente agrícola. E este quadro só viria a mudar a partir de meados do século XVIII, quando o Rio de Janeiro fora

(...) transformado não apenas no principal porto controlador e exportador do ouro das minas gerais, como também, em 1763, na própria capital da colônia. Refletindo essa nova posição ocupada no sistema colonial português, cada vez mais passou a cidade a ser o ponto de destino de tropeiros que fazia a ligação com o planalto aurífero, atraindo também um grande número de soldados, que tinham a missão de defendê-la de ataques externos e de impedir o contrabando. O florescimento do comércio foi uma consequência imediata e levou também à atração de novos habitantes, vindos sobretudo da metrópole. O dinamismo demográfico também se fez sentir no campo circunvizinho que viu expandir a atividade agrícola, tanto a de exportação como aquela destinada ao consumo interno. Finalmente, para viabilizar todo esse dinamismo econômico, num sistema colonial que tinha na escravidão um de seus elementos de sustentação mais importantes, foi incrementado, como era de se esperar, o tráfico negreiro, reforçando o importante papel de recepção e de distribuição de força de trabalho cativa que a cidade exercia (Abreu, 1992:59).

2.2 – O Rio de Janeiro na iminência da chegada da família real

Na virada do século XVIII para o XIX, a vida do Rio já se expandia pelas encostas, aterrando os açudes e dominando as escarpas. Os habitantes buscavam melhor trânsito para o comércio, proteção para as construções, pois as chuvas que desciam dos morros da cidade provocavam aluviões. Crescia a aldeia com as atividades predominantes dos ferreiros, carpinteiros, pescadores, sapateiros, taberneiros. E eram essas novas atividades, inclusive, que vieram a nomear alguns dos principais logradouros públicos da cidade: Praia do Sapateiro (atual Praia do Flamengo), Rua dos Ferradores (atual Alfândega), Rua dos Pescadores (Visconde de Inhaúma) e Rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias). (Renault, 1969:06).

Em 1808, o Rio de Janeiro possuía apenas 75 logradouros públicos, sendo 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos. A via principal era a Rua Direita, atual Primeiro de Março. Ali localizavam-se a casa do governador, a alfândega e o Convento do Carmo, a Casa da Moeda e o próprio Paço Real. (Gomes, 2007: 161)



Figura 4 - Cidade do Rio de Janeiro em 1808, ainda compreendia entre os quatro morros: o Morro do Castelo (ao fundo, à esquerda) e (em sentido horário) os morros de Santo Antônio, da Conceição e o de São Bento . Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana/>

Os relatos de John Luccock nos aproximam do que eram a paisagem e os costumes da cidade no tempo da chegada da corte. Comerciante inglês de Yorkshire, Luccock desembarcou no Rio de Janeiro em junho de 1808, três meses depois da família real portuguesa, registrando muito do que via: “Igreja, mosteiros, fortes e casas de campo, faiscantes de brancura, coroam cada colina enfeitam as fraldas das suas alturas simétricas e caprichosas, enquanto que, fazendo fundo, uma cortina de mata a tudo ensombra”, anotou. (Luccock *apud* Gomes, *op. cit*: 155).

Em meio aos relatos sobre aspectos do Rio de Janeiro colonial, Luccok deixou uma valiosa contribuição. Por achar exagerado o cálculo de 80.000 habitantes para a cidade no período, fez ele mesmo as suas próprias contas da população. Segundo ele, o Rio teria nessa época 4.000 residências, com 15 moradores, em média, cada uma. Isso totalizando 60.000 habitantes e segundo as suas observações, a população poderia ser dividida da seguinte forma: 16.000 estrangeiros, 1.000 pessoas relacionadas com a corte de D. João, 1.000 funcionários públicos, 1.000 que residiam na cidade, mas tiravam seus sustento das terras vizinhas ou dos navios, 700 padres, 500 advogados, 200 profissionais que praticavam a medicina, 40 negociantes regulares, 2.000 retalhistas,

4.000 caixeiros, aprendizes e criados de lojas, 1.250 mecânicos, 100 taberneiros, “vulgarmente chamados de vendeiros”, 300 pescadores, 1.000 soldados de linha, 1.000 marinheiros de porto, 1.000 negros forros (libertos), 4.000 mulheres chefes de família. A população se completava com cerca de 29000 crianças, quase a metade do total.

Outros viajantes também estiveram no Rio no início do século XIX. Gomes (2007), na tentativa de remontar o cenário com o qual se deparou a família real ao desembarcar na América, resgatou alguns deles. Nos relatos selecionados pelo autor, é notório o assombro com as condições higiênicas do Rio de Janeiro. “Vistas de fora, as casas têm a mesma aparência de limpeza que observamos nas residências dos melhores vilarejos da Inglaterra”, relatou em 1803 o oficial de Marinha britânica James Tuckey. “A boa impressão, contudo, desvanece à medida que nos aproximamos. Logo que se metem os pés pra dentro, constata-se que a limpeza não passa de um efeito de cal que reveste as paredes exteriores e que, nos interiores, habitam a sujeira e a preguiça. As ruas, apesar de retas e regulares, são sujas e estreitas, ao ponto de o balcão de uma casa quase se encontrar com o da casa em frente”. Alexander Caldcleugh, outro estrangeiro que esteve em solo brasileiro no início do oitocentos, ficou impressionado com o número de ratos que infestavam a cidade e seus arredores. “Muitas das melhores casas estão de tal forma repletas deles que durante um jantar não é incomum vê-los passeando pela sala”, afirmou.

Gomes aponta que, devido à pouca profundidade do lençol freático, a construção de fossas sanitárias era proibida. A urina e as fezes dos moradores, recolhidas durante a noite, eram transportadas de manhã para serem despejadas no mar por escravos que carregavam grandes tonéis de excrementos nas costas. Durante o percurso, parte do conteúdo desses barris, repleto de amônia e uréia, caía sobre a pele, deixando listras brancas sobre suas costas negras. Por isso, esses escravos eram conhecidos como “tigres”. Devido à falta de um sistema de coleta de esgotos, os “tigres” continuaram em atividade no Rio de Janeiro até 1860 e no Recife até 1882. O sociólogo Gilberto Freyre afirma que a facilidade de dispor de “tigres” e seu baixo custo retardou a criação das redes de saneamento nas cidades litorâneas brasileiras.

Ainda segundo Gomes, outro aspecto que despertava a curiosidade dos visitantes era o número de negros, mulatos e mestiços nas ruas. Os escravos realizavam todo tipo de trabalho manual. Entre outras atividades, eram barbeiros, sapateiros, moleques de

recado, fazedores de cestas e vendedores de capim, refrescos, doces, pães-de-ló, angu e de café. Também carregavam gente e mercadorias. Pela manhã, centenas deles iam buscar água no chafariz do aqueduto da Carioca, que era transportada em barris semelhantes aos usados para levar os excrementos até as praias no final da tarde.

Outro aspecto fundamental da cidade colonial é destacado por Schultz (2001:77): a maioria dos residentes na cidade era pobre. Apoiada em Florentino e Fragoso (1993), a autora explica que havia uma “enorme [...] diferenciação econômica até mesmo entre os proprietários no Rio de Janeiro. No final do século XVIII apenas 11% dos proprietários de cidade e suas cercanias controlavam 75% de toda a riqueza. Essa riqueza reduzidamente distribuída, por sua vez, dependia de um uso em expansão de mão-de-obra escrava. Entre 1790 e 1808, uma média de quase 10 mil africanos, principalmente das regiões do Congo e de Angola chegavam por ano ao porto do Rio de Janeiro.

Depois da ocupação de Lisboa pelos franceses, o Rio de Janeiro se tornou o mais importante centro naval e comercial do império. Mais de um terço de todas as exportações e importações da colônia passavam pelo seu porto, bem à frente do porto de Salvador que, apesar da importância da produção de açúcar do Nordeste, nessa época respondia por apenas um quarto do comércio exterior brasileiro. Era também o maior mercado de escravos das Américas. Seu porto vivia congestionado de navios negreiros que atravessavam o Atlântico, vindos da África. Segundo cálculos do historiador Manolo Garcia Florentino, nada menos do que 850000 escravos africanos tinham passado pelo porto do Rio no século XVIII, o que representava pouco menos da metade de todos os negros cativos trazidos para o Brasil nesse período (*apud* Gomes, *op.cit.*: 157).

O porto foi, de fato, local central da vida no Rio de Janeiro colonial. Conta Schultz (*op. cit.*: 75-76) que, a começar no final do século XVII, a proximidade com a região de mineração de Minas Gerais deu à cidade uma importância estratégica. Na segunda metade do século XVIII, o porto do Rio ultrapassou o volume o porto da Bahia, estabelecendo-se firmemente tanto como principal entreposto entre o Brasil e outras partes do império luso, quanto como maior centro de distribuição para outras regiões da própria colônia. A importância crescente do porto do Rio de Janeiro também significava que a cidade tinha se tornado o centro das atenções metropolitanas. Em 1763, a Coroa

portuguesa reconheceu formalmente a preeminência da cidade, transferindo a capital da América portuguesa de Salvador. Nas últimas décadas do século XVIII, ainda que a economia mineira estivesse minguante, o comércio continuava lucrativo. Os negociantes do Rio exportavam arroz, açúcar, algodão, café, couros, madeira e óleo de baleia para Portugal. De Lisboa, chegavam vinho, trigo, farinha de trigo, azeitonas, sal e manufaturas a serem vendidas na cidade e, em muitos casos, reexportados para outras regiões do Brasil.

A riqueza gerada pelo comércio refletia-se no mercado em constante expansão e na vitalidade da cidade. As ruas do Rio eram ladeadas por “todo tipo de lojas” e abarrotadas de pedestres e de liteiras carregadas por escravos. Encontravam-se tabernas ao longo da Rua São José. Os atacadistas concentravam-se na Rua dos Pescadores e na Rua Direita, onde, em 1794, havia quase uma centena de lojas. Nessas lojas “amplas e confortáveis”, os habitantes da cidade podiam encontrar produtos regionais, bem como manufaturas legal e ilegalmente importadas, incluindo linhos, sedas e pratarias (Schultz, *op. cit.*: 76).

A chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro. Segundo Gomes (*op. cit.*: 166), entre 1808 e 1822 a área da cidade triplicou com a criação de novos bairros e freguesias. A população cresceu 30% nesse período, mas o número de escravos triplicou, de 12.000 para 36.182. O tráfego de animais e carruagens ficou tão intenso que foi preciso criar leis e regulamentos para discipliná-lo. A Rua Direita tornou-se, a partir de 1824, a primeira da cidade a ter numeração e trânsito organizado pelo sistema de mão e contramão. O saneamento, a saúde, a arquitetura, a cultura, as artes, os costumes, tudo mudou para melhor – pelo menos para a elite branca que frequentava a vida na corte.

2.3 – A chegada da Família Real e a construção de uma nova cidade

“Rio de Janeiro – uma cidade urbanisticamente pobre, habitada por uma maioria de população escrava e destituída de confortos materiais”. Assim Abreu (*op.cit.*:159) a descreve no início do século XIX, na iminência de um evento que mudaria a sua história para sempre: a chegada da família Real. Essa “nobre” mudança, nas palavras de Schultz (2001:156), enfraqueceu a dicotomia metrópole/colônia e a transformou em corte real

necessariamente acompanhada por sua reconfiguração, traduzida na marginalização da estética e das práticas ligadas ao colonialismo.

A chegada da família real, como se sabe, constitui um verdadeiro divisor de águas na história do Brasil. A ruptura do pacto colonial, que ela propiciou, não apenas abriu a economia brasileira a ‘outras nações amigas’, eufemismo que escondia os reais interesses das emergentes potências capitalistas por novos mercados, como levou a transformações marcantes na vida, nas funções exercidas e na forma da cidade do Rio de Janeiro, elevada agora à categoria de sede da Corte (Abreu, 1992:61).

A cidade, ainda com feições coloniais, viria a se tornar a nova casa da Corte, que vinha da Europa, fugindo do avanço das tropas napoleônicas. Abreu (op. cit.) destaca o fato de que essa mudança tornava necessária uma reestruturação urbana, tanto para suportar o crescimento populacional pelo qual iria passar, quanto para que pudesse exercer sua nova função. Para receber a Corte, não bastava uma festa de boas-vindas e o incremento da infra-estrutura urbana já existente. Era necessária uma nova cidade.

Em primeiro lugar, como salienta Schultz (op.cit.), a grandeza de uma monarquia americana teria de começar pela grandeza de sua nova capital. A cidade tinha que traduzir a imagem do poder real e isso significava a criação e a imposição de uma uniformidade estética e cultural e a redefinição de regras adequadas de conduta pública, tanto para as elites como para as classes populares, que refletissem hierarquia, virtude e esplendor real.

Em um diálogo com o navegante inglês John Luccock, que esteve no Rio de Janeiro durante a chegada da Família Real, Schultz (op.cit.) relata a exigência, à época, do vestuário da velha Corte e a maior atenção prestada pela elite da cidade à adequação e gosto nos seus modos de vestir. Mesmo sem pormenorizar que gostos e modos seriam esses, a autora afirma, a partir dos relatos de Luccock, que o Rio teria se tornado “um lugar pomposo e intrusivo”.

Lugar esse que, em 1815, recebeu uma comitiva que tinha como objetivo consolidar a elegância cosmopolita e o “esplendor crescente do Rio de Janeiro” (Schultz, op.cit.:159): a Missão Cultural Francesa. Composta por artistas franceses de formações diversas (incluindo pintura, engenharia e arquitetura), a comitiva deu à corte uma visão de civilização, progresso e ordem inspirada no neoclassicismo francês. Como salienta a estudiosa, de maneira geral, eles passaram a ser identificados como árbitros da

expressão artística e arquitetônica, projetando edifícios e monumentos públicos, além de trazer a base estética que anos mais tarde viria a se materializar no Museu Nacional e na Escola Nacional de Belas Artes, nos anos 1830.

Além da implementação de padrões estéticos europeus correntes, a presença de uma corte real no Rio de Janeiro também exigiu o estabelecimento de instituições identificadas com a cultura particular da monarquia portuguesa e com a sua corte em Lisboa (Schultz, op.cit.:159). Ainda que a criação de uma capela dentro do palácio Real e a construção de um novo teatro real⁹ sejam fatos que evidenciem esse enraizamento da cultura e das instituições reais portuguesas em terras brasileiras, um outro nos é mais caro: a criação da Intendência Geral de Polícia, poucos anos após a chegada do Príncipe Regente.

A Intendência Geral do Rio de Janeiro tinha como modelo a mesma instituição criada em Lisboa em 1760, a qual, por sua vez, assemelhava-se à *Lieutenance Générale de Police de Paris*. (...) Como no caso de Lisboa, dentro da cidade do Rio o intendente tinha uma ampla gama de responsabilidades que o tornavam, conforme argumentaram historiadores da polícia brasileira, equivalente ao prefeito dos dias modernos; a pessoa que garantia a “limpeza e abundância, segurança e saúde” da cidade, explicou o estadista Souza Coutinho, evocando “a melhor definição de polícia de Luís XIV”. Em outras palavras, assim como os seus contrapartes europeus, o intendente do Rio era responsável pela promoção do “bem comum” e do “bem público” dos residentes da cidade (Schultz, op.cit.:160-161).

No Brasil a polícia teve um papel fundamental, pois a corte demandava soluções de problemas de várias instâncias, de caráter emergencial para a instalação da sede de um Império. Questões como a salubridade, a vadiagem, o bem estar, a ordem político-social, o abastecimento, a circulação de pessoas e de mercadorias vindas de fora (Lemos, 2008:20). Estiveram também sob a tutela da Intendência providências de ordem urbanística, tais como aterrar grande parte da cidade com o propósito de acabar com os pântanos, construir chafarizes, cuidar das calçadas e da iluminação, levantar pontes de madeira, inaugurar cais, tudo para garantir uma maior comodidade à urbe.

⁹ “Em 1808, por exemplo, com a criação de uma capela real perto do seu próprio palácio no Rio, o príncipe regente tanto reafirmava um ‘antiquíssimo costume’ e a patronagem histórica da música sacra pela Coroa quanto recriava um local importante para reuniões da corte e recepção de dignitários estrangeiros. Dois anos depois, Dom João providenciou a construção de um novo teatro real, nomeando diretor o bem estabelecido compositor português Marcos Portugal. Conforme explicava o decreto real, o Rio de Janeiro necessitava de ‘um teatro decente, e proporcionado à população e ao maior grau de elevação e grandeza’ que a cidade passou a desfrutar ‘pela minha residência nela, e pal concorrência de estrangeiros e de outras pessoas que vêm das extensas províncias de todos os meus Estados’.” Schultz (Schultz, op.cit.: 159-161).

Tais providências estiveram a cargo do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana que assumiu em 10 de maio de 1808. Caracterizado por Schultz (op.cit.) como sendo “um nativo do Rio de Janeiro com lealdades e laços com as famílias mais influentes da cidade” que “abraçou com zelo e fervor a tarefa de suprir as necessidades e demandas dos cortesãos”, Vianna foi responsável pela provisão e regulamentação de moradia para aqueles que chegavam da Europa.

Grande parte desta tarefa foi realizada mediante o uso da *aposentadoria*: a requisição real de propriedades urbanas para o uso de funcionários da Coroa. Conforme relatou um residente, essas requisições tinham começado mesmo antes da chegada do príncipe regente. ‘Apenas chegou o dito Brigue com a notícia da vinda de S.A.R.’, escreveu ele ‘[quando] se tomarão muitas casas para os Fidalgos que o acompanhavão’. (Schultz, op.cit.:161)

Além da *aposentadoria*, a Intendência intermediou a aquisição de *chãos*, terrenos e chácaras que estavam em posse de particulares e que a nova dimensão da cidade exigia para vários fins. É o caso, por exemplo, da chácara da Gamboa, comprada em 1808 para que se realizasse a instalação do Cemitério dos Ingleses “e outros ingleses de diferente comunhão”. Como salienta Silva (2000:95), “a abertura dos portos e o cosmopolitismo do Rio de Janeiro obrigavam à tomada de medidas urgentes para o sepultamento daqueles que não professavam o catolicismo”.

Parte das transformações realizadas na cidade no contexto da vinda da Corte ao Rio de Janeiro é descrita pelo próprio Intendente, na sua Memória apresentada ao fim das suas atividades, em 1821, intitulada “Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Vianna”. Constan no documento, por exemplo, a construção do Cais do Valongo e o calçamento realizado nas ruas do Sabão, de São Pedro e no Campo de Santana.

Ainda no campo da construção civil, podemos citar a proibição, em junho de 1809, das rótulas das casas. Nas palavras do Intendente

havendo-se elevado esta cidade à alta jerarquia de ser hoje a Corte do Brasil, que goza a honra e a ventura de ter em si o seu legítimo soberano e toda a sua real família, não pode nem deve continuar a conservar bisinhos e antigos costumes, que apenas podiam tolerar-se quando era reputada colônia.

Em outro documento, de 1811¹⁰, citado por Silva (2000), Vianna referia-se à sua preocupação com o sistema de iluminação pública da cidade, “tão necessário para a vigia e segurança dela”. Quando findou suas atividades como intendente, Vianna já havia conseguido iluminar boa parte da cidade e fez questão de ressaltar o feito no seu relatório de atividades, dizendo que havia posto iluminação

não só nas ruas dela, mas e principalmente com todo o esplendor no Paço da cidade, no da Quinta da Boavista e na praça e casa das Laranjeiras, onde a rainha, nossa senhora, fixava por tempos a sua residência.¹¹

Nas palavras de Jacques (2002:06) a Intendência Geral de Polícia tinha como norte principal

colocar em prática os objetivos ilustrados da Coroa portuguesa, que preconizavam atitudes educadas e comportamentos contidos, e condenavam certas práticas de uma sociedade tradicional.

Para ir além nesta leitura, é necessário entender que as ações da Polícia traduziam também um modo específico de se pensar a cidade que se consolidava no Brasil Oitocentista.

Abreu (1996a) identifica duas linhas de pensamento sobre o urbano do início do século XIX no Brasil. A primeira deu continuidade ao pensamento dos engenheiros militares (muito presente no século XVIII) que via a cidade como espaço físico a defender e a prover de comodidades e de infra-estrutura. A segunda estava fundamentada no pensamento higienista¹², preconizando a adoção de uma polícia médica para as áreas urbanas, ou seja, uma política de saúde destinada a colocar os interesses coletivos acima dos individuais. E era esta segunda linha de pensamento que estava alinhada a Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro.

¹⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Intendência da Polícia, cod.323, vol.1, fols.88-89.

¹¹ É curioso notar essa ressalva que faz Vianna ao dizer que pôs luz “principalmente e com todo o esplendor” nas áreas da cidade onde residiam membros da Corte. Veremos mais a frente que o Intendente, em outros momentos, deixa claro a maior atenção dada aos espaços da cidades onde habitavam os seus mais nobres residentes.

¹² O higienismo estava relacionado ao chamado neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre doença, ambiente e sociedade. Teoricamente, a medicina neo-hipocrática apoiava-se em dois conceitos básicos: o de constituição médica e o de topografia médica. Por constituição médica entendia-se as possíveis relações de causa e efeito entre as características do meio ambiente e a manifestação coletiva de uma determinada doença. Já o conceito de topografia médica era definido com as implicações entre as diferentes doenças observadas numa mesma área geográfica (Ferreira, 2001:209).

Ao buscarmos as raízes do pensamento que irão guiar as ações da Intendência, chegamos à já citada *Lieutenance Générale de Police de Paris* e à medicina urbana francesa de final do século XVIII. Segundo Foucault (1990), a medicina urbana tinha três objetivos principais: analisar os lugares de acúmulo e de amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pudesse provocar doença, ou seja lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos; controlar e estabelecer uma boa circulação de água e do ar; e organizar espacialmente os diferentes elementos necessários à vida comum da cidade, tais como fontes e esgotos.

É curioso perceber que o principal foco da medicina social urbana na França não era um determinado grupo social ou indivíduos. Ela voltava-se diretamente para espaços urbanos como cemitérios, matadouros, depósitos, esgotos e fontes d'água públicas. Como tratava-se de um saber médico com uma clara tradução espacial, justamente por esse motivo, a medicina social urbana vai nos trazer elementos para discutir o Rio de Janeiro do século XIX.

Dentre todas as atribuições destinadas à Intendência Geral de Polícia para os chamados “melhoramentos” do Rio de Janeiro, uma nos é a mais importante: assim como no caso francês, passou ela a ser a responsável pela instalação de fontes públicas de onde jorrava a água que era utilizada por quase toda a população carioca da época.

Se para os franceses questões do tipo “como evitar que se aspire água de esgoto nas fontes onde vai se buscar água de beber?” e “como evitar que o barco-bombedor, que traz água de beber para a população, não aspire água suja pelas lavanderias vizinhas?” (Foucault, op.cit.:91) eram cruciais no momento de se escolher a localização de instalação de uma fonte na cidade, no Rio de Janeiro Oitocentista outras questões apareciam como importantes ao se fazer a mesma escolha.

Como veremos mais à frente, são múltiplos os fatores levados em consideração ao se determinar o local de instalação de um chafariz no Rio de Janeiro do século XIX. No entanto, desde já podemos afirmar que para o pensamento higienista a presença de pântanos na cidade devia ser evitada, já que esses constituíam-se nos principais vilões do meio ambiente: local de putrefação de matéria orgânica, de onde exalavam vapores prejudiciais à saúde, os miasmas (Abreu, op.cit.).

E há ainda um fator que merece destaque ao pensarmos a distribuição de água no Rio de Janeiro daquele século. Se por um lado, pela importância inerente à água, a proximidade de um chafariz pudesse ser entendida como um fator positivo, ou seja, que facilitasse as atividades cotidianas de um cidadão, por outro lado esses pontos de coleta eram focos de água estagnada. Isso porque muitos dos chafarizes não possuíam qualquer controle da vazão do líquido que deles emanava e, em dias em que o aporte era mais abundante, formavam-se grandes poças ao seu redor.

Se atentarmos às considerações de Chalhoub (1996) que aponta as águas estagnadas ao lado de detritos domésticos e carcaças de animais mortos como parte das condições ambientais que à época eram associadas à ocorrência de doenças, como a febre amarela, notaremos que há um caráter paradoxal na instalação de um chafariz na cidade, na medida em que a área no entorno desses vivia repleta de poças. Ou seja, viver próximo a um chafariz significava ao mesmo tempo estar perto de algo essencial à vida cotidiana e de um possível foco de doenças.

É curioso notar como o século XIX vai ser marcado por uma periferação desses chamados “usos sujos” da cidade. Abreu (2006) cita a transferência, em 1853, do matadouro municipal da rua Santa Luzia para a atual Praça da Bandeira e Karasch (1987:77) refere-se ao pedido de cidadãos para a transferência do cemitério dos escravos no Valongo:

(...) os vizinhos imediatos dos armazéns [de escravos, no Valongo] estavam mais preocupados com as conseqüências para si mesmos dos enterros de tantos escravos novos que morriam no mercado. Em 1821 e 1822, pediram que o cemitério de escravos fosse retirado do Valongo porque os enterros em massa os atormentavam com doenças, muitos males e ‘mau cheiro’. Culpavam o cemitério por sua saúde ruim, embora a enfermidade freqüente que tinham se devesse também a febres endêmicas.

No entanto, há de se notar que os chafarizes instalados no Rio de Janeiro até meados do século XIX estão todos localizados em pontos importantes das freguesias urbanas. Tal constatação chama nossa atenção, pois, sendo as áreas no entorno dos chafarizes repletas de poças alagadiças e locais de cotidiana aglomeração de escravos, era de se esperar que os estes passassem pelo mesmo movimento de periferação dos demais equipamentos públicos.

Como permaneceram instalados nas vias públicas da cidade, há que se imaginar que outros fatores interferiam na forma como se pensava a distribuição de água da cidade. Revelar esses fatores é também revelar como se pensava e se “planejava” o Rio de Janeiro no início do século XIX. Swyngedouw (2001:100-101) nos fornece algumas pistas, ao afirmar que os chafarizes muitas vezes se configuravam como “símbolos de cultura e poder”:

Em cidades do Terceiro Mundo, por exemplo, as elites, aglomerando-se em torno dos reservatórios de água, tinham e tem acesso ilimitado à água, o que acrescentou às distinções culturais uma expectativa de vida significativamente maior, transformando também o acesso à água em símbolo valorizado de capital cultural e do poder. Jardins tropicais constantemente irrigados separam seus oásis urbanos, frequentemente militarizados, do deserto que os cerca, enquanto fontes localizadas em pátios luxuosos revelam sua posição social. Imagens do camponês malcheiroso e do indígena anti-higiênico reforçam o modo como a água se torna um componente do poder social na cidade e parte do processo de urbanização da natureza. Doenças e mortes relacionadas com a água lideram as causas de mortalidade infantil para a maior parte da população mundial.

Visto isso, podemos afirmar que uma investigação mais profunda sobre a lógica de distribuição e a constituição do sistema de abastecimento d'água da cidade pode trazer novos elementos para a compreensão do processo de urbanização do Rio de Janeiro Oitocentista. Ou seja, entender como se deu a expansão do sistema de abastecimento d'água no Rio de Janeiro, é entender também como se deu o processo de urbanização no início do século XIX.

Capítulo 3 - O abastecimento d'água do Rio de Janeiro no contexto das transformações urbanas nos primeiros anos do século XIX

Neste capítulo, vamos analisar a formação e a expansão do sistema de abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro no período que vai da chegada à partida da família real, tomando dois cortes sincrônicos, os anos de 1808 e 1821 como balizas. Nosso intento é, a partir dessa análise, apresentar novas reflexões sobre as

transformações pelas quais passou a cidade no período mencionado. Faremos isso a partir da consideração tanto do padrão locacional dos chafarizes instalados na cidade até as primeiras décadas do século XIX, quanto do próprio substrato material do sistema de abastecimento d'água.

3.1 A formação do sistema de abastecimento d'água

Para pensarmos o abastecimento d'água da cidade, podemos retomar as camadas analíticas propostas por Tvedt (2010). Na primeira delas, o foco está voltado para os aspectos físicos da água e a forma como tais aspectos podem revelar novas questões sobre o objeto em pauta. Sob essa perspectiva, há um ponto que já de início nos chama a atenção: diferente de muitas cidades, o Rio de Janeiro não é cortado por um grande rio. Pelos vales da cidade corre um amplo conjunto de mananciais, mas nenhum deles possui grande porte ao ponto de se destacar dos demais (Mapa 1). Ou seja, a disponibilidade de água potável não foi, a princípio, fator preponderante na escolha do sítio no qual viria a se instalar a cidade.

Mesmo o Carioca, rio que desde a fundação da cidade foi a sua principal fonte de abastecimento, não possuía uma vazão tão superior aos demais. E da fundação da cidade, a meados do século XVIII, o sistema de captação e distribuição de água do Rio de Janeiro baseou-se busca cotidiana do líquido no rio Carioca. Cabral (2011), apoiado em Abreu (1992) nos oferece uma leitura esclarecedora sobre esse período.

Fundada com propósitos militares de defesa do território, a cidade foi erguida em uma posição completamente desfavorável para a obtenção de água potável. O Rio tinha como função garantir o monopólio português sobre as riquezas coloniais de sua hinterlândia. Mas isto fazia com que a sua própria reprodução material ficasse ameaçada, pois o sítio natural não oferecia as duas coisas de que necessitava a cidade ao mesmo tempo: ou se tinha água para seus habitantes ou se tinha uma melhor posição para a visualização de ataques marítimos. Esse imperativo de defesa explica porque o Rio, diferentemente da esmagadora maioria das urbes baixo-modernas, não foi instalado próximo a uma grande fonte de água doce – algo que teve enormes consequências ao desenvolvimento posterior da cidade. Na várzea circundante ao morro do Castelo, atalaia e berço definitivo do Rio, os poços abertos não ofereciam do que uma água salobra (Abreu, 1992). Assim, o rio Carioca, que já servira para o abastecimento quando a cidade ainda se encontrava na praia entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, continuou a ser buscado para esta função.

Tal quadro hidrográfico impôs aos primeiros cidadãos cariocas a árdua rotina de caminhada dos arredores do morro do Castelo às margens do rio Carioca, local mais próximo onde se conseguia água potável, distante a quase dois quilômetros do sítio da cidade. Em um momento posterior, esse mesmo quadro físico, onde eram escassas as fontes abundantes de água, dificultaria o desvio do líquido para as proximidades das casas dos moradores do Rio de Janeiro.

A construção do Chafariz da Carioca, em 1723, vai dar início ao modelo de abastecimento d'água que marcou a cidade durante os séculos XVIII e XIX. Suprido pelo aqueduto da Carioca (finalizado no mesmo período, após uma série de tentativas frustradas), o chafariz foi o primeiro de uma série de pontos de distribuição de água que seriam instalados nas vias públicas da cidade durante os séculos citados. Fontes, bicas e chafarizes foram, ano a ano, se espraiando, dando início ao que Silva (1965) chamou de "A Fase dos Chafarizes". Para analisar a formação e expansão desse sistema de abastecimento d'água, podemos, novamente, retomar a proposta metodológica apresentada por Tvedt (2010). Desta vez, nos voltaremos para a segunda camada, que diz respeito às modificações realizadas pelos homens na paisagem física da água e aos objetos construídos por eles que possuam alguma relação com o líquido. Dessa forma, examinaremos como se captava e se distribuía água no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX. Que materiais eram utilizados, quais eram as técnicas e tipos de construções existentes, que rios foram captados, quais eram os componentes da rede de abastecimentos, são todas questões encaixadas aqui nesta segunda camada.

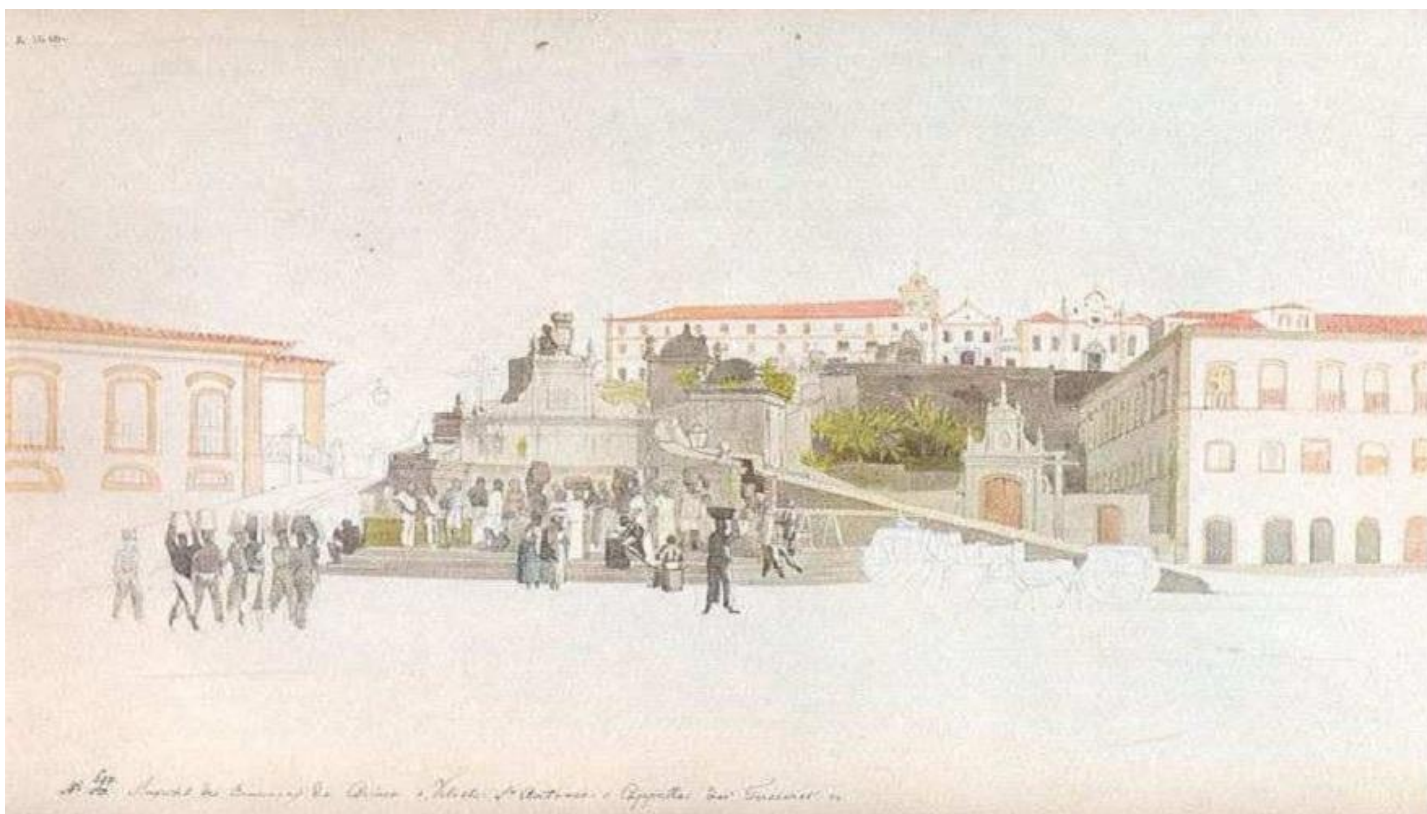


Figura 5 – Chafariz da Carioca. Fonte: “Chafariz da Carioca”. WAGNER, Robert. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817-1818). Petrópolis, Kapa, 2000.

Apesar do aqueduto e do chafariz da Carioca datarem do início do século XVIII, o desejo de trazer as águas do rio Carioca para a cidade era bem mais antigo. Abreu (1992:57) revela que ainda no início do século XVII, no primeiro governo de Martim de Sá (1602-1608), já se cogitou lançar um imposto para levar as águas do rio Carioca até o campo de Nossa Senhora da Ajuda (atual Cinelândia). Silva (1965:312) cita o imposto criado pelo Conselho de Vereança, durante o governo de Rui Vaz Pinto (1617-1620) para custear as obras de abastecimento d’água reclamadas pela população e o acordo firmado, em 1624, entre a Câmara e Domingos da Rocha para trazer água até o Campo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca), trabalho que, por motivo desconhecido, não foi realizado.

Apenas em 1673, durante o governo de João da Silva e Sousa, seriam iniciadas as obras do chamado encanamento da Carioca. É o que revela o relatório elaborado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, datado de 1929 e que reúne valiosas informações sobre as primeiras tentativas de se levar água potável para a cidade.¹³ A

¹³ Ministério de Viação e Obras Públicas. (1922).

partir dele é possível observar alguns exemplos do *regime de tutela* destacado por Abreu (1996a), sob o qual era submetido o governo local.

Ainda que urgentes, todas as iniciativas relacionadas ao encanamento da Carioca passavam necessariamente pelo crivo real. Segundo consta, as obras de 1673 só começaram depois que a Carta Regia de 06 de maio do ano anterior “consignou para seu custeio o subsidio pequeno dos vinhos e a metade das rendas das despesas da justiça”. Nove anos depois, a Câmara, reconhecendo como insuficientes os meios disponíveis para a sua construção, procurou cobrar impostos por cada barril de aguardente do Reino para prosseguir com as obras. No entanto, foi censurada pela Carta Regia de 26 de maio desse mesmo ano, na medida em que o governo julgava os subsídios para tais obras como “certos e abundantíssimos”.

Mas o mais claro embate entre os governos local e real quanto aos rumos das obras da Carioca se deu já no século XVIII. Registra Brasil (1922) que, já passados mais de trinta anos do início da construção dos encanamentos, e estando as obras paradas desde 1711, quando as invasões francesas impuseram os desvios dos subsídios disponíveis para o combate, mandou o Rei, em 23 de fevereiro de 1717

restituir às verbas destinadas às obras as somas derivadas para as fortificações e resgate da cidade, e que devera ser gasta não só em reparar-se o que estava arruinado, como em prosseguir-se no que faltava, corrigindo-se os erros até ali cometidos, e fazendo-se com que um dos engenheiros da Praça riscasse a planta, a fim de seguir-se o que mais conveniente parecesse (Brasil, 1922: 09).

No entanto, a planta remetida à Lisboa foi sumariamente rechaçada. Determinou a Carta Regia de 25 de dezembro de 1718, que fosse seguido o antigo plano, realizando-se apenas as modificações para corrigir os erros mais grosseiros da obra existente, dispensando, assim, maiores despesas com um novo traçado. Em contrapartida, convencido dos defeitos do antigo plano, o então governador Ayres de Saldanha e Albuquerque, apresentou um novo e mais econômico projeto para a execução das obras. Este novo plano foi também negado, agora pela Carta Regia de 18 de novembro de 1719, que determinou que não fosse alterado o plano primitivo sem novo aviso.

Pondo fim a essa discussão que atrasava ainda mais o andamento das obras, Ayres de Saldanha, reconhecendo a inconveniência e inutilidade de seguir um plano

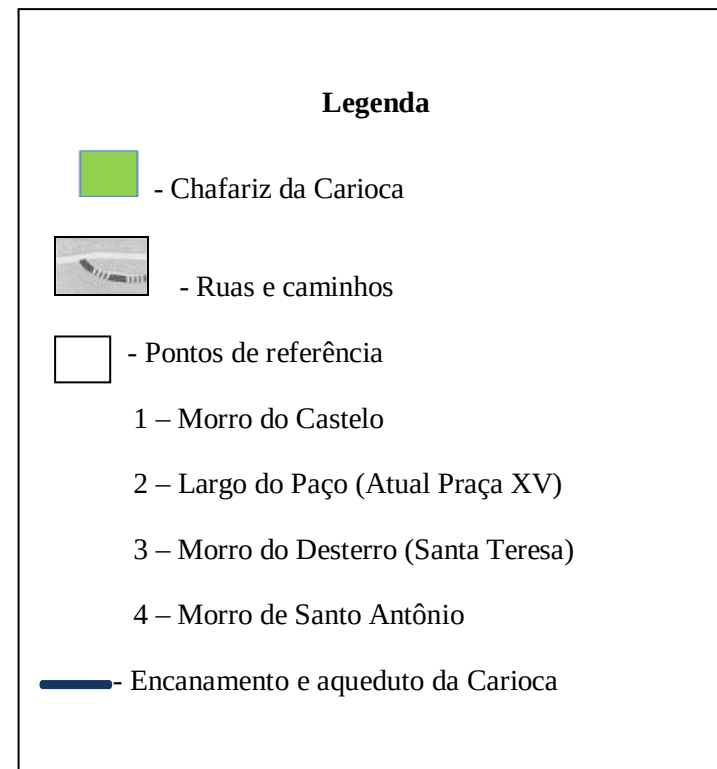
errado e dispendioso, tomou sob sua responsabilidade a execução de um novo traçado. Com efeito, no prazo fixado de um ano, chegaram as águas ao Campo da Ajuda, onde se edificou um chafariz. Mas sendo esse sítio ainda distante da cidade, solicitou Ayres Saldanha ao governo que levasse as águas para o Campo de Santo Antonio, atual Largo da Carioca.

Finalmente de acordo com o que propunha o governo local, veio de Lisboa a aprovação para o desvio das águas para a cidade, junto com um chafariz de mármore e 16 bocas de bronze, que começou a funcionar em 1723. Estava instalado, quase cinquenta anos depois do início das obras, após muitos percalços, o Chafariz da Carioca (Mapa 2).



Mapa 2 – Localização do Chafariz da Carioca em 1723

Base cartográfica: Barreiros (1965)



Como podemos constatar, grande parte dos atrasos nas primeiras obras do sistema de abastecimento d'água é resultado das limitações impostas pela metrópole à autoridade da Câmara Municipal. Tais limitações, como vimos anteriormente em Abreu (1996a), ajudam a explicar o traçado pouco regular das cidades brasileiras, na medida em que muitas vezes soluções provisórias foram adotadas enquanto as autorizações régias eram aguardadas. E, ao nosso ver, explicam também a lentidão na realização das obras públicas de abastecimento durante o período colonial. Podemos citar como exemplo, três obras do sistema de abastecimento que tardaram a acontecer.

A primeira foi a retificação do aqueduto. O original possuía um traçado sinuoso, construído provisoriamente, como já foi dito, para desviar as águas do Carioca para o a cidade. A autorização para a construção de um aqueduto definitivo só viria, no entanto, vinte anos depois na Carta Régia datada de 28 de abril de 1744. Então, Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro à época, tratou de reconstruí-lo, erguendo um novo aqueduto de dupla arcaica de pedra e cal, com 42 arcos, “dando a esse encanamento melhor direção, mais solidez e beleza” e que trazia a água diretamente do morro do Desterro (Santa Teresa) ao de Santo Antonio (Brasil, 1922:13).

A segunda obra foi a cobertura do aqueduto por abóbadas de tijolo que só viria a ocorrer em 1747, autorizada por Carta Régia do mesmo ano, e visava proteger as águas do Carioca que, até então “corriam em calha a céu aberto, expostas, por isso, aos ardores do sol e sujeitas a serem turbadas na sua pureza, ou mesmo desviadas de seu curso, como algumas vezes aconteceu” (Brasil, op.cit.:13).

Por último, podemos citar a instalação do chafariz da Praça do Carmo, atual Praça XV, construído por volta de 1750. Autorizada pelas duas Cartas Régias acima citadas, essa obra visava diluir a demanda até então concentrada no chafariz do Carioca que, por quase trinta anos, representava a única fonte d'água potável na cidade.



Figura 6 – Chafariz da Praça do Carmo. Fonte: Os Refrescos do largo do Paço – DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1834-1839). São Paulo, 3º Ed, Martins, 1959.

E não durou muito para que surgisse, novamente, a necessidade de se instalarem novos chafarizes na cidade. Sendo o Rio de Janeiro, à época, o principal porto controlador e exportador do ouro das Geraes e, a partir de 1763, capital da colônia, era natural que a cidade passasse um forte aumento demográfico e, consequentemente, por um aumento constante na demanda pelo líquido. Dessa forma, duas medidas pareciam importantes: ampliar o aporte d'água que chegava à cidade e construir novos chafarizes para melhor distribuir as águas do rio Carioca.

A tabela 1 mostra que, no entanto, novos chafarizes só seriam construídos a partir de 1772. E a busca por novas fontes de captação só teve início no governo de Luís de Vasconcelos e Sousa (1779 - 1890), quando foram incorporadas ao encanamento da Carioca as águas provenientes dos riachos Lagoinha, Silvestre e Caboclas, além das águas do rio Catumbi (Brasil, 1922: 15).

Tabela 3 - Obras realizadas no sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro (1723-1808)

Ano	Obras realizadas	Observações
1723	Instalação do Chafariz da Carioca	Abastecido pelo aqueduto da Carioca, construído em pedra e cal, possuía 16 torneiras.
1744	Reconstrução do aqueduto da Carioca	Foi realizado um redirecionamento das águas do rio Carioca, agora encaminhadas para o morro de Santo Antonio, ligando-o ao de Santa Tereza.
1750 (aproximadamente)	Instalação do Chafariz da Praça do Carmo	Construído em cantaria lavrada e mármore, recebia águas do chafariz da Carioca através de encanamento de chumbo.
1772	Instalação Chafariz do Caminho de Matacavalos	Construído em mármore, recebia águas derivadas do aqueduto da Carioca.
	Instalação do Chafariz do caminho da Glória	Construído em pedra e cal, recebia águas derivadas do aqueduto da Carioca e possuía 8 torneiras.
1779	Reparações do Aqueduto da Carioca	O aqueduto "se achava arruinado em muitos pontos, por efeito de pezadas e prolongadas chuvas que interromperam completamente o fonecimento d'água da cidade".
	Canalização das águas das nascentes Lagoinha, Sylvestre e Caboclas	Foram utilizados encanamentos de alvenaria aberto em comunicação com outro de telhões de barro.
1785	Instalação do Chafariz das Marrecas	Construído em pedra lavrada lavrada, recebia águas derivadas do aqueduto da Carioca e possuía 5 torneiras.
1786	Instalação do Chafariz do Lagarto	Abastecido pelas águas do rio Catumbi, construído em pedra, possuía quatro torneiras.
1790 (aproximadamente)	Construção do aqueduto do Catumbi	Construído em alvenaria para trazer as águas do rio Catumbi e aumentar o aporte d'água que chegava à cidade.
1794	Chafariz do Largo do Moura	Recebia águas derivadas do chafariz da praça do Carmo, construído em pedra e mármore, possuía duas torneiras.

Fonte: Brasil (1922), Brito (1929), Corrêa (1935). Tabela organizada pelo autor.

Foi com muita lentidão, portanto, que se formou aquilo que Benchimol (1990) chamou de “sistema colonial escravista de distribuição d’água”. “Escravista”, pois, parte fundamental dessa rede de distribuição de água, ao lado dos encanamentos e chafarizes, estavam os *escravos aguadeiros*, aqueles responsáveis pela captação e distribuição de água no período colonial. Ao longo do século XVIII, o caminho percorrido diariamente por esses escravos até o rio Carioca para buscar água, passou a ser substituído pela ida aos chafarizes da cidade. Karasch (2000: 266), ao discutir as diversas funções assumidas pelos escravos à época, destaca que

O serviço de carregamento [dentre aqueles realizados pelos escravos] mais comum e claramente o de status mais baixo era o de água e dejetos. Uma vez que a maior parte da água potável tinha de vir de fora das casas, cada família mandava seus escravos em busca do suprimento diário de água, ou alugava outros para buscá-la. Antes da chegada da corte portuguesa, as escravas supriam os lares; mas com o crescimento da demanda por água na cidade, até mesmo os brancos pobres já tinham entrado no negócio por volta de 1819. Porém, eram uma minoria, pois o ofício era dominado por homens africanos, que podiam carregar sobre suas cabeças barris com quinze ou dezesseis galões de água, ou puxar um grande tonel sobre uma carroça. Mas as escravas continuaram a buscar água para famílias pequenas.

Uma vez que a maioria das casas, mesmo as dos ricos, dependia da água dos chafarizes, uma das cenas mais comuns do Rio de Janeiro passou a ser a de escravos esperando na fila de água ou carregando jarras e barris na cabeça. E se, por um lado, a aglomeração diária dos cativos ao redor dos chafarizes significava um momento de reunião, isto é, a possibilidade de interagir com outros escravos longe da presença restritiva dos seus donos, por outro, esse contato muitas vezes se traduzia em disputa pela água, ocasionando brigas e tumultos nas proximidades dos chafarizes (Karasch, 2000:103).

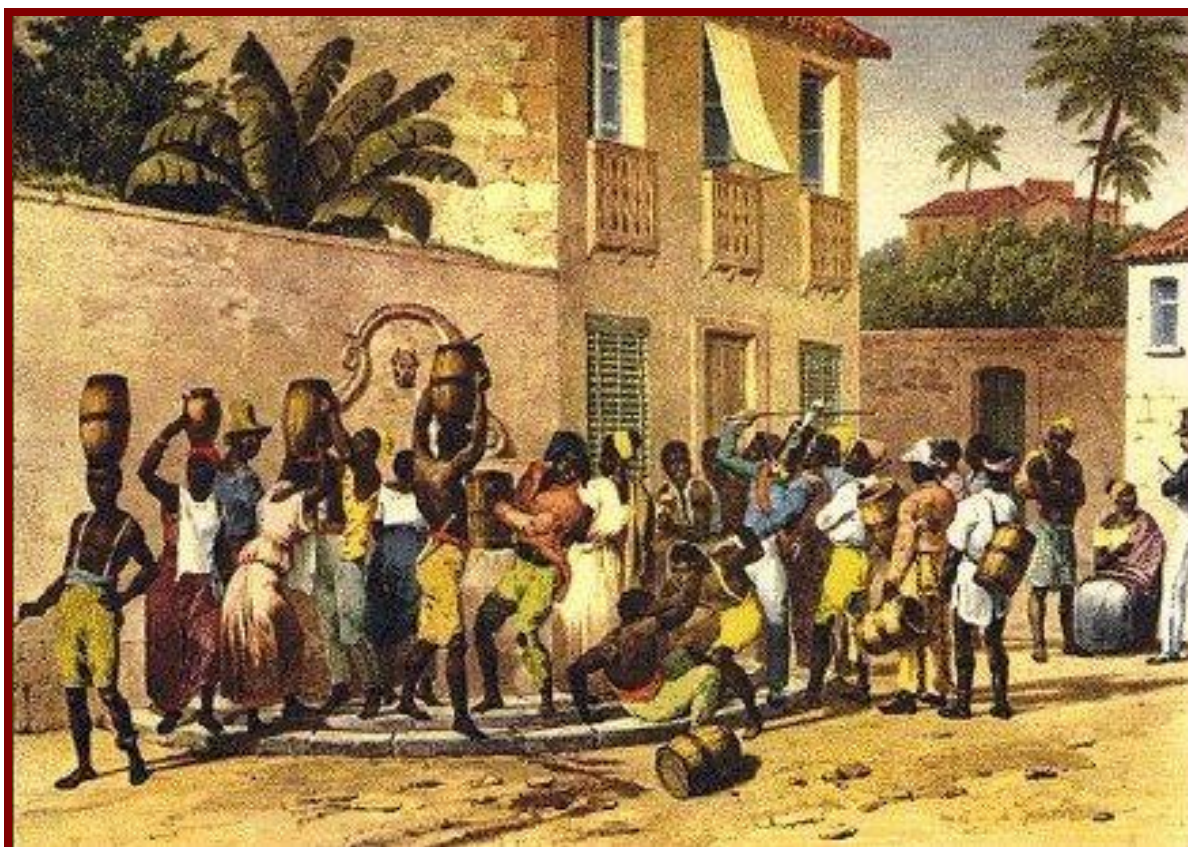


Figura 7 – Escravos carregadores de água. Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem Pitoresca através do Brasil. Lith, de G. Engelmann, 1835

O mapa 3 mostra a distribuição espacial dos chafarizes da cidade em 1808, ano em que desembarca no Rio de Janeiro a Família Real. Notamos que todos os chafarizes construídos até então estão concentrados nos arredores do Maciço da Tijuca, na freguesia de São José, e uma grande área da cidade se vê praticamente negligenciada quanto à presença de um ponto de coleta d'água. Tal negligência fica mais evidente se levarmos em consideração que os moradores da Cidade Nova, Valongo, Gamboa e Saco do Alferes, que não dispunham do benefício da água próxima, eram obrigados a abastecer-se no chafariz da Praça do Carmo (distante em torno de dois quilômetros) ou em São Cristóvão, “donde com grandes despesas e dificuldades sem conta a transportavam em canoas” (Brasil, 1922:16).

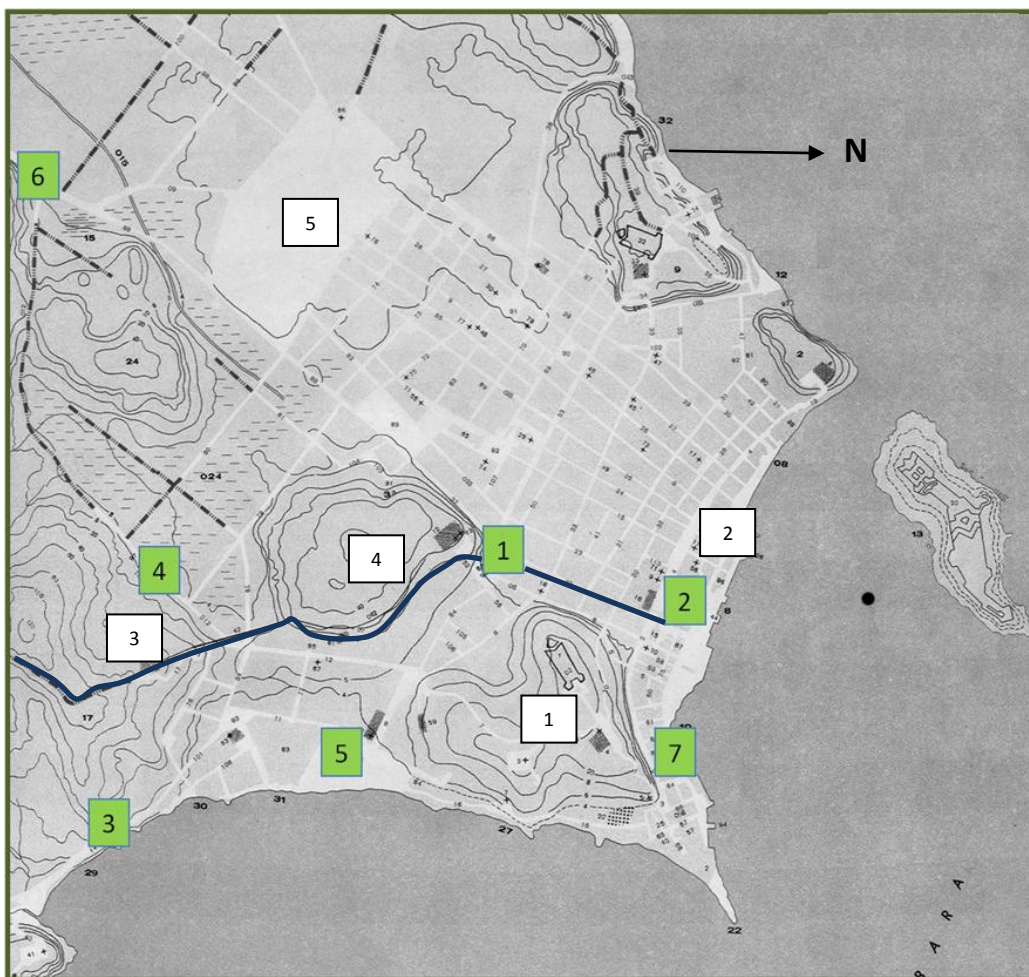
Em trabalho anterior (Frias, 2010) buscamos algumas hipóteses para explicar esse padrão de distribuição espacial. Em primeiro lugar, levamos em consideração a forma como eram abastecidos os chafarizes da cidade. As águas do Chafariz do caminho da Glória e as do Chafariz das Marrecas, localizado no Passeio Público, vinham de desvios realizados no aqueduto da Carioca. Do Chafariz da Carioca, que era

abastecido diretamente pelo aqueduto, partia um cano que abastecia o Chafariz da Praça do Carmo e, deste último, partiam as águas que abasteciam o Chafariz do Largo do Moura. As águas do rio Catumbi abasteciam o Chafariz do Lagarto. Ou seja, até os primeiros anos do século XIX, chafarizes da cidade possuíam uma fonte comum de suprimento de água – os rios do Maciço da Tijuca – e estavam todos interligados.

À época da realização de nosso primeiro trabalho citado, resultado dos anos iniciais de pesquisa sobre este tema, supomos que, dada a necessidade de se conduzir com maior brevidade possível as obras de abastecimento d'água e levando em consideração que tais obras muitas vezes tardavam a acontecer, a solução encontrada pelo governo local era a realização de ações provisórias, emergenciais, tais quais as citadas por Abreu (1996a) para explicar o traçado irregular das cidades coloniais.

Sabendo que telhões de barro e madeira, apesar de serem materiais precários, eram comumente utilizados para conduzir as águas dos rios até os chafarizes, levantamos a hipótese que fato de possuírem fontes comuns de abastecimento e serem interligados, além de serem abastecidos por um sistema marcado pela precariedade nos materiais utilizados, impossibilitava a expansão do sistema, fazendo concentrar-se nos arredores do Maciço da Tijuca, justamente onde nasciam as nascentes utilizadas.

No entanto, no decorrer dos estudos para esta dissertação, tal hipótese mostrou-se infundada. Isso porque constatamos que só a partir do século XIX que materiais de aspecto menos duradouro passariam a ser utilizados com mais frequência (ver tabela 2) nos aparelhos de abastecimento d'água. Apesar da lentidão com que se conduziu as obras durante o século XVIII, a construção dos encanamentos e chafarizes da cidade durante esse período eram, na verdade, de muita solidez e o equipamento construído possuía caráter permanente.



Legenda

- Chafarizes construídos até 1808
 - 1 – Chafariz da Carioca
 - 2 – Chafariz da Praça do Carmo
 - 3 – Chafariz do Caminho da Glória
 - 4 – Chafariz do Caminho de Matacavalos
 - 5 – Chafariz das Marrecas
 - 6 – Chafariz do Lagarto
 - 7 – Chafariz do Largo do Moura
-  - Ruas e caminhos
- Encanamentos e aquedutos
- Pontos de referência
 - 1 – Morro do Castelo
 - 2 – Largo do Paço (Atual Praça XV)
 - 3 – Morro do Desterro (Santa Teresa)
 - 4 – Morro de Santo Antônio
 - 5 – Campo de Santana

Mapa 3 – Distribuição dos chafarizes da cidade em 1808

Fonte: Brasil (1922), Brito (1929), Corrêa (1935). Organizado pelo autor. Base cartográfica: Barreiros (1965:17)

Como pode ser conferido na tabela 1, mármore, pedra lavrada, alvenaria e chumbo compunham a base material de grande parte dos aparelhos públicos de abastecimento construídos no século XVIII. Não havia, portanto, nenhum tipo de impedimento material que impossibilitasse a condução das águas captadas à época para as outras freguesias da cidade até então desprovidas de um chafariz.

Como já foi dito, durante o regime colonial a realização de qualquer tipo de obra pública dependia de prévia autorização régia. Para Abreu (1996a:157) essa restrição imposta à autonomia do governo local fazia com que as “soluções provisórias” adotadas enquanto as ordens da metrópole eram esperadas, acabassem por se impor na paisagem, “conferindo-lhe uma feição muito menos rígida do que aquela que predominou nos países vizinhos”.

Se, ao atribuímos a morosidade da condução das obras de abastecimento d’água no século XVIII a esse “regime de tutela” ao qual estavam submetidas às Câmaras Municipais, nos aproximamos da tese defendida por Abreu (1996a), mas nos afastamos dela quando passamos a observar o substrato material do sistema de abastecimento d’água setecentista. Se, por um lado, as limitações impostas ao governo local geravam uma lentidão nas obras, por outro, elas não se traduziam no substrato material do sistema de abastecimento. O componente físico dessa rede era sólido, definitivo, construído para durar.

3.2 – A expansão do sistema de abastecimento d’água

Com o desembarque na cidade de quase 15.000 novos habitantes, a partir da transferência da corte para o Rio de Janeiro, surge, novamente, a necessidade de se aumentar o aporte d’água e o número de chafarizes disponíveis. Agora sob a responsabilidade da Intendência Geral de Polícia, criada em 1808 e comandada por Paulo Fernandes Vianna, as obras de abastecimento d’água vão assumir um caráter emergencial que vai se traduzir espacial e materialmente.

Exemplo disso é que a mais importante obra realizada durante os anos em que Vianna esteve à frente da Intendência (1808-1821) foi dirigida em caráter de urgência, de forma provisória. Motivado pela seca ocorrida em 1809 e pela necessidade imediata de se levar água para os moradores da cidade até então negligenciados, tratou o intendente de conduzir, em calhas de madeira, as águas do rio Comprido da sua nascente até o recém construído chafariz do Campo de Santana que, assim como o encanamento que o abastecia, também era feito madeira.



Figura 8 – Chafariz do Campo de Santana, por Thomas Ender, 1817. Fonte: <http://www.akbild.ac.at/>

O mesmo material foi utilizado para levantar o chafariz do Catumbi e para canalizar as águas do Rio Andarahy, obras que igualmente datam de 1809. Além de madeira, telhões de barro e mesmo valas abertas diretamente no solo foram utilizados para canalizar as águas utilizadas à época (ver tabela 2). Estes dois exemplos nos mostram que se, por um lado, após a chegada da Família Real as obras são realizadas de forma muito mais breve que aquelas promovidas durante o período colonial, por outro, o caráter provisório e emergencial vai ser a principal marca das obras de abastecimento

d'água realizadas no período da corte no Rio de Janeiro, o que se traduziu no próprio substrato material do sistema.

Se nos tempos de seca, escasseavam elas a ponto de não satisfazerem as mais imperiosas necessidades do consumo público, nos de chuva faltavam do mesmo modo sempre que as tempestades desmontavam as calhas condutoras ou as enxurradas obstruíam os encanamento e soterravam as valas abertas no terreno, por onde em grandes extensões corriam as águas acarretando áreas e impurezas, em cujo estado eram entregues à população, por falta dos necessários tanques de clarificação.

A não ser o aqueduto da Carioca, que se achava estabelecido de modo permanente, mas ainda assim carecendo de grandes e imediatas reparações, todos os outros eram feitos em sua maior parte de calhas de madeira, telhões de barro e valas abertas ao solo, o que demonstra a pressa com que foram construídos e o seu caráter provisório. (Brasil 1922:22).

Tabela 4 - Obras realizadas no sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro (1808 - 1821)

1809	Canalização das águas do Rio Comprido	Canalização em calhas de madeira até o Campo de Santana.
	Canalização das águas do Andarahy ("velho Maracanã")	Canalização que utilizava calhas de alvenaria, madeira, telhões de barro, pedras vindas de Portugal e valas abertas no terreno.
	Construção do Chafariz do Catumbi	Chafariz de madeira, abastecido pelas águas do Rio Comprido.
	Construção do Chafariz do Campo de Santana	Chafariz provisório de madeira com dez torneiras.
1817	Construção do Chafariz do Riachuelo	Abastecido por uma nascente próxima, construído em alvenaria e cantaria.
1821	Construção do Chafariz do Largo do Machado	Abastecido por águas desviadas do aqueduto da Carioca em telhões de barro ao céu aberto em 2/3 da sua extensão e de tubo de chumbo na outra parte.

Fonte: Brasil (1922), Brito (1929), Corrêa (1935). Tabela organizada pelo autor.

Ainda que realizada de forma provisória, a construção do Chafariz do Campo de Santana marca o início da expansão do abastecimento para as áreas até então desprovidas de acesso à água potável. Além dele e do já citado chafariz do Catumbi, até 1821 ainda iriam se instalar o chafariz da Rua Matacavalos (1817) e o do Largo do Machado (1821).



Legenda

- - Chafarizes construídos até 1808
- 1 – Chafariz da Carioca
- 2 – Chafariz da Praça do Carmo
- 3 – Chafariz do Caminho da Glória
- 4 – Chafariz do Caminho de Matacavalos
- 5 – Chafariz das Marrecas
- 6 – Chafariz do Lagarto
- 7 – Chafariz do Largo do Moura
- 8 – Chafariz do Campo de Santana
- 9 – Chafariz do Catumbi
- 10 – Chafariz do Riachuelo
- 11 – Chafariz do Largo do Machado

Mapa 4 - Distribuição espacial dos chafarizes em 1821

Fonte: Brasil (1922), Brito (1929), Corrêa (1935). Base Cartográfica: Barreiros (1965).

A construção desses chafarizes, promovida pela Intendência Geral de Polícia, marca a consolidação do “sistema colonial escravista de distribuição d’água”. É importante notar que isso acontece justamente no momento em que busca-se a construção de uma nova cidade e que muitas das ações promovidas pela própria Intendência, como destaca Schultz (op. cit.:182), visavam romper com o laços coloniais e torná-la mais metropolitana.

No contexto de transformação do Rio numa corte metropolitana civilizada, perdas e ganhos se equilibravam à paisagem e à vida pública da cidade. Ao mesmo tempo que novos palácios, edifícios públicos, o teatro, academias, modas cortesãs e ruas mais limpas e iluminadas produziam o que Luccock descreveu como uma ‘semelhança da magnificência europeia’, o intendente, por sua vez aplicava seus recursos em livrar a cidade dos seus atributos coloniais, inclusive o uso de rótulas em prédios residenciais, traços descritos por moradores e visitantes como góticos, deformados e insalubres.

Enquanto algumas das características da cidade ligadas ao passado colonial começam a ser abandonadas, outra muito mais ostensiva permanecia: o trabalho escravo.

No mundo português do começo do século XIX a escravidão era uma prática exclusivamente colonial, já que decretos de 1761 e 1773 garantiam a liberdade dos escravos em Portugal (Schultz, op. cit.: 182). Se transformar o Rio de Janeiro numa corte metropolitana significava romper com um passado colonial, então parecia que o uso da mão de obra escrava, como as rótulas, teria de ser abandonado.

No entanto, explica Schultz (op. cit.: 184), o raciocínio da elite contra a escravidão e as populações africanas e afro-brasileiras era solapado por ansiedades sobre o impacto imaginado da abolição imediata da escravidão na sociedade e na economia brasileira: o fim da agricultura de exportação e vadiagem disseminada. Ao mesmo tempo que a maior parte do crescente número de africanos trazidos à força par o porto do Rio era enviada para o sul ou para *plantations* próximas, muitos eram mantidos na cidade. Em 1818, o intendente relatou que para atender às exigências de “trinta mil brancos que de pancada aqui chegarão” com o príncipe regente e a família real, a população de “negros” da cidade cresceu entre 60 mil e 80 mil indivíduos. Luccock, por sua vez, estimou que entre 1808 e 1822, a população do Rio cresceu 200%. Como consequência, transformar o Rio numa corte significava conciliar o esforço mais amplo

para modernizar a cidade com a escravidão e os residentes africanos e afro-brasileiros que compunham a maioria da sua população. Em outras palavras, embora a europeizassem, os oficiais da Coroa teriam que dissimular o fato de que a cidade era na verdade mais africana e escravizada.

Abreu (1996b:30) traz uma importante leitura desses anos em que a Corte esteve no Rio de Janeiro.

Nesse período a forma da cidade rapidamente se transformou, a economia urbana se expandiu, os valores culturais se modificaram, o cotidiano da urbe foi, enfim, profundamente alterado. Não ocorreu, entretanto, uma simples substituição de estruturas e de valores antigos por outros novos, impostos de fora. Ao contrário, a dinâmica desse período só pode ser explicada pela noção de "campo de forças", já que o embate entre as temporalidades que então se chocaram (o tempo colonial, o tempo da sociedade de ordens portuguesa, e o tempo capitalista que se iniciava) acabou tendo resultados diversos. Em alguns casos, as estruturas sociais do período colonial foram rapidamente substituídas; em outros, elas foram apenas transformadas; e houve ainda situações em que as estruturas anteriores mantiveram-se inalteradas ou foram mesmo reforçadas.

O espaço público da cidade refletia bem todos esses tempos. Era ele o grande palco de representação da sociedade de ordens portuguesa. Sucediavam-se aí os cortejos, as procissões, os desfiles, todos rigidamente organizados para que a realeza, as hierarquias, as precedências e os privilégios do Antigo Regime fossem claramente identificados. E era o espaço público, por outro lado, fortemente associado ao mundo do trabalho escravo. Todos os estrangeiros que descreveram o Rio de Janeiro do passado são unânimes em destacar essa característica. Para muitos, era como se tivessem desembarcado em plena África, tamanha a quantidade de negros que circulavam pelas ruas e exercendo atividades braçais, consideradas pelos portugueses, tarefas indignas e desonrosas, desde o início da colonização.

A rua parece, afirma Abreu (1996b:36), constituir-se em verdadeiro microcosmo da sociedade dessa época. Ali estão presentes todos esses tempos diferentes convivendo uns com os outros ou se enfrentando abertamente. É na rua que a sociedade de ordens do Antigo Regime se apresenta com toda a sua ostentação e formalidade. E é aí que a escravidão urbana expõe todas as suas faces e contradições.

O caso que estamos estudando serve como exemplo. Quando pensamos especificamente o sistema de distribuição d'água da cidade, observamos que entre todas as iniciativas tomadas pela Intendência no sentido de modernizar a cidade, não houve nenhuma que buscasse implantar um modelo de abastecimento que não dependesse da mão escrava. Reforça-se o a presença do antigo sistema escravista de abastecimento, materializado nas ruas da cidade na forma dos novos chafarizes instalados e das turmas de escravos que vão, diariamente, continuar se amontoando ao seu redor. Ou seja, convergindo com o pensamento do autor, o que estamos mostrando aqui neste trabalho é que a expansão e a consolidação do modelo de distribuição de água escravista em um período em que a cidade busca romper com o passado colonial é a mais clara tradução material e espacial das contradições que nortearam a produção e o pensamento sobre o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Uma última consideração ainda precisa ser feita quanto à distribuição espacial do sistema de abastecimento em 1821. Tal consideração pode ser feita, novamente, a partir da retomada das camadas analíticas propostas por Tvedt (2010). Das três, a que nos interessa aqui é a que diz respeito à dimensão ideológico-simbólica e político-institucional, na qual estamos voltados para as ideias e valores existentes sobre a água e sobre o seu controle. Sob essa perspectiva, uma pergunta aqui nos é pertinentes o que significava, nesse Rio de Janeiro que estamos estudando, morar perto da água?

Em primeiro lugar, lembremos que a Intendência Geral de Polícia era a responsável pela instalação e manutenção dos chafarizes da cidade, além de cuidar da captação e canalização dos rios cariocas. Tal instituição estava alinhada ao pensamento higienista que, por sua vez, possuía como marca principal a associação de diversos tipos de doenças às condições sanitárias encontradas, como pântanos malcheirosos, praias com detritos domésticos em decomposição, carcaças de animais mortos putreficando nas ruas e poças d'água imunda e estagnada (a chamada “água servida”) (Chalhoub, 1996).

Tal associação estava presente também no discurso dos cidadãos cariocas e de representantes do poder público. A pesquisa em periódicos da época permite perceber que durante todo o século XIX, foram frequentes as denúncias de águas estagnadas nas

ruas da cidade.¹⁴ Como exemplo, podemos citar a carta dirigida ao redator do Diário do Rio de Janeiro, publicada em 27/02/1829, que reclamava do “dano causado por grande quantidade de águas estagnadas nas Ruas de S. Diogo e Bom Jardim, com prejuízos à saúde da vizinhança e à conservação dos prédios”. Seis anos antes o Senado já se mostrava preocupado com as águas estagnadas em vias públicas. É de 14/07/1823 a encomenda ao Juiz Almotacé de “um parecer das razões pelas quais ocorre estagnação de águas na Rua dos Arcos”, publicada também no mesmo periódico.

Tais denúncias e reclamações permaneceriam presentes nas páginas dos periódicos por longo tempo durante a primeira metade do século XIX. Em 04/08/1830 publicou-se no Diário do Rio de Janeiro, página 12,

Roga-se (...) ao Sr. Mello, administrador das obras da Policia queira lançar vistas sobre os ralos que recebem restos das águas do Chafariz da carioca, que se achão entupidos, pela força da terra que ali adjunta quando chove, por não se achar calçada a frente da Guarda, o mesmo favor se pede ao sr. Fiscal Da Frefuesia de São José, visto ter ordem da Camara para fazer todos os reparos das ruas da sua Freguesia, mandar calçar a frente daella Guarda, pois que quando chove, põe aquelle lugar intranzitável.

Vinte e cinco dias depois, na página 91 do mesmo periódico, estava outro pedido de um morador carioca para que

por muito obzequio ao srs. Fiscaes da freguezia de santa Rita, e juntamente ao sr fiscal da freguezia de santa Anna, obzequio de botar as suas vistas à Rua do Vallongo, ao subir à praia que se acha intranzitável, e pela falta dos moradores daquelle lugar limparem à rua por cauza das agoas que se achão estagnadas, e lamas, pela falta de ser a rua calçada, e foras de horas botarem agoas sujas na rua o que cauza grande prejuízo à saúde, e se espera dos srs fiscaes dar providencias necessárias.

Junto das denúncias e reclamações populares, apareciam também pedidos do próprio senado para que problemas relacionados às águas estagnadas da cidade fossem resolvidos. Em 14 e 15 de Janeiro publicaram-se no Diário do Rio de Janeiro

¹⁴ Muito do que era publicado fazia referência também à limpeza das ruas, fossem os pedidos dos moradores, fossem as ordens públicas. Eram recorrentes, por exemplo, os pedidos de retirada de entulho das valas e na limpeza da fachada das casas. Como em 03/07/1823, dia em que o Diário do Rio de Janeiro noticiou a determinação do Senado que o Juiz Almotacé procedesse “à fiscalização das ruas e casas cujos proprietários não limpam suas fachadas, como são obrigados por Lei”. No mesmo ano e no mesmo periódico, em 27/06, o Senado da Câmara determinava “ao Conselheiro Intendente Geral de Polícia a apreensão dos porcos encontrados soltos pelas ruas da cidade; medida esta destinada a combater a sujeira, mau cheiro e doenças da Cidade”.

encomendas do senado ao Juiz Almotacé de “um parecer que explique porque as águas permanecem estagnadas na travessa de s. Joaquim, até a Rua dos Ciganos, fornecendo também o orçamento das obras de escoamento” e “as razões pelas quais ocorre estagnação de águas na Rua dos Arcos e da maneira de evitar este transtorno com o respectivo orçamento”. Em outros momentos, era o Juiz que devolvia as exigências, pedindo, por exemplo, em 14/11/1826,

providencias urgentes ao senado, para limpeza de valas, que não permitem o escoamento das águas represadas, há um ano, na rua dos arcos. Por falta de recursos o senado não assume a tarefa, que foi encaminhada a intendência de policia, que deixa a cargo do próprio reclamante. Este passa a anunciar o pagamento de 320 réis/dia pelo aluguel de escravos, a particulares, para o trabalho de limpeza. Adverte que a fiscalização dos despejos de lixo será intensificada, com funcionários.

A leitura das notícias selecionadas deixa claro o caráter insalubre que a água poderia assumir quando estagnada. Estar perto da água suja significava estar perto de doenças. Por outro lado, a proximidade com a água era por vezes valorizada nas notícias de jornais. Na primeira parte do arquivo consultado (1808 – 1819), conferimos uma compilação dos anúncios de imóveis publicados na Gazeta do Rio de Janeiro no início do século XIX.

Assim como pastos, pomares e casas, a água aparece de forma recorrente nos anúncios como um atributo positivo dos imóveis anunciados. Em 14/12/1808, por exemplo, anunciava-se um sítio “com um grande laranjal, bananal, parreiral, muito café (...) tudo bem cercado com cancelas novas e muito farto de água”. Outro anúncio, esse de 19/03/1814, chamava atenção para o quintal e para “bica de água corrente muito boa” presentes na “morada de casas de três portas” que estava à venda. Dois anos depois, no segundo dia de março, uma chácara era anunciada no Engenho Novo. Nela o comprador encontraria, além de pasto, casa e pomar, água. Por último podemos citar ainda o anúncio ”, publicado em 22/05/1813. referente ao

aluguel de casas térreas com um quintal plantado e água corrente que vem do Chafariz do Campo de Santana (Santa Anna), sutgadas na ‘rua formosa da Cidade Nova’. Tratar à R. de S. Pedro, 7, com Francisco José Pereira das Neves

A citação da água entre os demais elementos que viriam a valorizar os terrenos a serem vendidos ou alugados, pode ser entendida como tradução da importância que se dava à época a presença de uma fonte d’água nas proximidades da moradia. Vale

ressaltar, no entanto, que esta água citada nos anúncios é corrente e limpa, diferentemente daquela associada a doenças ou a água suja e estagnada das poças.

E eram justamente nas áreas no entorno dos chafarizes os locais de acumulação de água. Como as bicas com controle de vazão só começariam a ser instaladas a partir do ano de 1843 (Brasil, 1922:25) e, até então, a vazão dos chafarizes estava sujeita a quantidade do líquido que a eles chegava, muitas vezes esses pontos ficavam rodeados de alagadiços e poças.

Sendo os chafarizes, portanto, focos de doença para o pensamento médico da época, era de se esperar que eles passassem pelo mesmo processo de periferização dos chamados “usos sujos” da cidade (ver Capítulo 2). E essa expectativa é reforçada ao conferirmos que determinados serviços da cidade, associados à confusão e à desordem, também foram transferidos para os arredores da urbe, como é o caso das “tabernas e barracas de peixe indecorosas, conhecidas por dar abrigo a ajuntamentos barulhetos e ‘desordeiros’, foram removidas da área em torno do palácio no centro da cidade” (Schultz, op.cit: 164-165).

No entanto, ao observarmos o Mapa 4, notamos que os chafarizes instalados no Rio de Janeiro estão todos localizados na parte interna da cidade, em pontos importantes das freguesias urbanas. Ou seja, mesmo rodeados de poças e diariamente tomados por grupos de escravos, os chafarizes não sofreram o mesmo processo de periferização observado em outros aparelhos públicos.

É curioso notar também que, nas notícias de jornal consultadas, apesar da água estagnada aparecer de forma recorrente associada a malefícios à saúde, não foram encontradas associações desse tipo que envolvessem chafarizes. Muito se falava nas notícias de jornal sobre o mal que a água estagnada poderia fazer à saúde e foram comuns as reclamações dos cidadãos cariocas referentes a esse tema. No entanto, apesar de serem os chafarizes os principais pontos de coleta d’água da cidade, nos quais muitas vezes encontrava-se um entorno encharcado pela água excedente, não foram verificadas associações entre chafarizes e qualquer tipo de malefício à saúde.

Constatar isso reforça ainda mais a ideia que os chafarizes assumiam uma centralidade na organização interna da cidade. Ainda que focos de tumulto de escravos e, supostamente, de doenças, os chafarizes continuaram a ser instalados nas ruas e

praças, dada a importância da água para o bom funcionamento da cidade. Ignorar a localização desses aparelhos públicos e não discuti-la, como tem feito boa parte da historiografia, é ignorar um elemento fundamental estrutura urbana carioca dos séculos XVIII e XIX.

A leitura das notícias encontradas nos periódicos da época nos ajuda ainda a identificar uma série de outros aspectos relacionados ao abastecimento d'água no Rio de Janeiro oitocentista. O principal deles talvez seja a sistemática sequência de secas pela qual viria passar a cidade a partir da chegada da família real, fortemente relacionada com o crescimento demográfico que vinha apresentando no período e com os efeitos devastadores do desaparecimento acelerado da Mata Atlântica. A tabela 3 reúne os anos em que ocorreram as mais fortes secas na cidade e as medidas tomadas para reverter o quadro de crise.

Tabela 3 – Secas ocorridas no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX

Ano da Seca	Medidas tomadas
1809	Captação do Rio Comprido e condução das suas águas, através de calhas de madeira para o chafariz provisório no Campo de Santana.
1817	Couta de madeiras, lenhas e mato de todos os terrenos que rodeiam as nascentes da água da Carioca.
1824	Nenhum registro
1829	Busca de novas fontes d'água e construção, no ano seguinte, do novo chafariz da Carioca, aumentando o número de torneiras de 16 para 40
1833	Ordenamento que todos os proprietários de chácaras nas proximidades da cidade franqueassem suas fontes e poços particulares; explorações para descobertas de novos mananciais no morro da Boa Vista.
1843	Obtenção de águas através dos navios que estavam ancorados na baía de Guanabara; Organização de uma "frota de faluas" para o transporte de água do Rio Macacu, em Jurujuba

Fonte: Ministério de Viação e Obras Públicas (1922). Tabela organizada pelo autor.

Por conta da ocorrência de secas, surge, por exemplo um

abaixo assinado querendo remediar quanto for possível, a falta d'água por que passa a cidade e roga aos Srs moradores em chácaras junto aos aquedutos da Carioca, Laranjeiras, Matta Cavallos e Maracanã que proibam seus 'famulos' de tirarem água fora da hora marcada, lavarem roupa ou de desviarem as mesmas águas,

publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 07/01/839, na segunda página. Pelo mesmo motivo, ordenou o Imperador que fossem “estabelecidas providências e normas que solucionem e regulem o problema da crônica falta de água na cidade”, regulamentando a “utilização dos chafarizes, a distribuição da água, em pontos diversos da cidade e o racionamento do consumo particular ou não das águas”, publicado no Diário do Rio de Janeiro de 2/4/1825, página 9.

A pesquisa documental em periódicos torna evidente outro aspecto relacionado ao higienismo: a preocupação reinante com a limpeza pública e a sua relação com a proliferação de doenças. Sem muito esforço é possível encontrar um bom número de reclamações, pedidos e determinações relacionados à limpeza das ruas e o seu caráter insalubre. Em 27/06/1823, no Diário do Rio de Janeiro, página 77, encontra-se a determinação do Senado da Câmara para que o “conselheiro intendente geral de policia [realizasse a] apreensão de porcos encontrados soltos pelas ruas da cidade, medida esta destinada a combater a sujeira, mau cheiro e doenças da cidade”. Exatamente um mês antes, o mesmo Senado fazia o apelo às “autoridades competentes”, para que proibissem “os despejos de esgotos domésticos nas praias durante o dia e a noite, a não ser em determinadas horas, para que se evitem incômodos com os odores e as contaminações, em prejuízo dos moradores e comerciantes”, pedido publicado no Diário do Rio de Janeiro de 27/5/1823, página 79. Com a mesma preocupação, pediu o Juiz Almotacel Domingos José Martins de Araujo que “os moradores desta cidade lhe indiquem por escrito onde existe entulhos e imundices na cidade, para dar as providências... cuja despreza será deita nos rendimentos das condenações, que pertencem ao ilustríssimo Senado”, pedido publicado no Diário do Rio de Janeiro, 18/11/1826, página 57.

Por último, a leitura dos periódicos publicados na cidade durante a primeira metade do século XIX revela ainda aspectos relacionados à gestão dos chafarizes instalados no Rio de Janeiro à época. Ainda que tal tipo de notícia fosse mais incomum

que aquelas relacionadas à higiene e saúde pública, e que tal escassez não permita construção de um quadro bem definido sobre as ações da Intendência Geral de Polícia com o sistema de abastecimento d'água, é válido aqui destacar algumas das informações que possam nos trazer algum tipo de indício da forma como pensava e agia na gestão da água. É importante destacar, por exemplo, a preocupação do Senado da Câmara em relação à distribuição equitativa de água entre todos os moradores, traduzida na pedido realizado à polícia que evitasse “a retirada de grandes quantidades de água do chafariz da carioca o que deixaria muita gente sem água”, publicado no Diário do Rio de Janeiro em 29/1/1829, página 85. Tal preocupação está presente também na decisão tomada pela Intendência Geral de Polícia em 11/01/1829, publicada na página 33 do Diário do Rio de Janeiro, de substituir “o oficial do comando da guarda carioca em consequência do favorecimento de determinadas pessoas na distribuição de água”.

Conclusão

Podemos, agora, fazer as nossas últimas reflexões sobre o tema estudado. A primeira delas diz respeito à materialidade do sistema de abastecimento d'água carioca e a forma como ele se constituiu.

A existência de controles metropolitanos rígidos, traduzidos na exigência de obtenção de permissões para a realização de qualquer tipo de obra pública durante o período colonial é apontada por Abreu (1996a) como sendo a principal razão pela qual a morfologia urbana carioca assumiu um caráter pouco uniforme. Explica o autor que, como as autorizações régias tardavam a sair ou então o consenso entre o poder local e o poder metropolitano demorava a ser alcançado, algumas “soluções provisórias” eram adotadas enquanto as ordens da metrópole eram esperadas e acabavam se impondo na paisagem.

A partir da pesquisa documental, constatamos que tais controles explicam também a lentidão com que se deram as primeiras obras para a formação do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro. No entanto, o que a comparação do substrato material desse sistema nos anos de 1808 e 1821 revelou foi que as “soluções provisórias” citadas por Abreu marcaram o conjunto de obras realizadas no sistema de abastecimento d'água após a chegada da Família Real e não aquelas realizadas durante o período colonial. Enquanto os encanamentos e os chafarizes construídos até 1808 eram feitos em pedra, mármore, chumbo e outros materiais que denotam não um caráter “provisório” na sua construção, mas a preocupação em realizar obras permanentes, a emergência em abastecer d'água uma cidade que via sua população crescer vertiginosamente levou à utilização de materiais como telhas de barro e madeira na condução das águas e construção dos chafarizes após a chegada da corte em 1808.

Assim sendo, concordamos com Abreu ao dizer que parte da historiografia sobre a América portuguesa (Bernardes, 1990; Holanda, 1984) se equivoca ao ler o traçado das cidades como fruto da falta de planejamento. É justamente o controle metropolitano e a sua lentidão em atender as demandas coloniais que vai, paradoxalmente, impor às governanças locais a necessidade de adotar “soluções provisórias” que acabavam impondo-se na paisagem de forma permanente. No entanto, há aqui também um claro ponto de divergência com o pensamento do autor, na medida em que, a despeito do controle e lentidão das decisões metropolitanas, o substrato material que compunha o

sistema de abastecimento d'água em 1808 não possuía nenhum atributo que o caracterizasse como “provisório”.

O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito à presença do trabalho escravo como componente fundamental desse sistema de abastecimento d'água.

Ao utilizar a expressão *Versalhes Tropical* para denominar o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, Schultz (2001) não está se referindo simplesmente ao deslocamento geográfico da família real para os trópicos. A adjetivação utilizada pela autora visa chamar a atenção para o fato de que essa corte construída em solo carioca, ao mesmo tempo em que importa costumes, instituições e impõe o remodelamento da cidade que vai recebê-la aos padrões europeus, conserva o mais forte traço do passado colonial, ou seja, o trabalho escravo. Essa contradição na forma como se construiu uma corte no Rio de Janeiro foi também debatida por Abreu (1996b), já citado aqui, quando afirmou que o período entre os anos de 1808 e 1821 foi marcado por um “embate de temporalidades”, no caso, o tempo colonial, o da sociedade de ordens portuguesa e o capitalista que se iniciava.

A nossa contribuição foi mostrar que esse “embate entre temporalidades” possui uma dimensão geográfica e se impôs na paisagem da cidade. Fizemos isso mostrando que durante a estadia da corte no Rio de Janeiro o sistema de abastecimento d'água da cidade, que permaneceu tendo a mão escrava como componente fundamental da sua estrutura, passou por um processo de expansão que incluiu a captação de novas fontes e a construção de novos chafarizes nas vias públicas da cidade. Ou seja, em um período em que a cidade passava por um processo de “modernização” reforçou-se o a presença do antigo sistema escravista de abastecimento, materializado na paisagem da cidade na forma dos novos chafarizes e das turmas de escravos que amontoavam-se ao redor deles diariamente .

O último ponto diz respeito ao padrão de distribuição espacial do sistema de abastecimento d'água. A análise da localização dos chafarizes instalados na cidade até o ano de 1821 revela que, apesar de serem eles focos de águas estagnadas – o que, como já dito, à época estava associado a doenças – e cernes de concentração e tumulto diário de escravos, não foram eles deslocados para as áreas mais afastadas das freguesias urbanas, algo que aconteceria com grande parte dos chamados *usos sujos* da cidade. Sendo os chafarizes os principais – quando não os únicos – pontos de coleta d'água

existentes na cidade e estando grande parte da população dependente deles para abastecer-se, a necessidade de se manter os chafarizes próximos aos moradores se impôs frente aos possíveis malefícios que a presença desses aparelhos poderia causar à saúde pública. A permanência dos chafarizes na parte interna da cidade reforça a importância que esses aparelhos urbanos assumiam no Rio de Janeiro durante o período estudado – algo pouco considerado nos trabalhos existentes sobre o passado da cidade.

Como dissemos anteriormente, a distribuição espacial dos chafarizes, a formação e a expansão do sistema de abastecimento d'água possuem uma dimensão geográfica e histórica ligada diretamente à forma como se produziu e pensou a cidade durante os séculos XVIII e XIX. Assim como tantos outros elementos da infraestrutura urbana, o sistema de abastecimento precisou ser adaptado à chegada da Família Real, em 1808, marco fundamental na história urbana do Rio de Janeiro. Dessa forma, tomando a água e os chafarizes como condutores de uma leitura das transformações ocorridas no Rio de Janeiro durante a estadia da corte entre os anos de 1808 e 1821, buscamos apresentar novas reflexões sobre o passado da cidade.

Referências

ABREU, M. de A. A. A cidade, a montanha e a floresta. In: _____. (Org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Castro, I. E. , Corrêa, R. L. E Gomes, P. C. (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a.

_____. Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités. In: Claval, P (org.). **Bulletin de l'Association de Géographes Français , Géographie Culturelle**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1996b, p. 30-38.

_____. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Revista Geosp**, nº 7. São Paulo: USP, 2000.

ALVES, V. de A. **A geografia do comércio atacadista carioca (1855-1900)**. Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 2011.

_____. A Geografia Histórica como campo de pesquisas: definições, tensões e metodologias. **Revista Cidades**, v.8 n. 14, 2011b

BARRA, S. H. da S. **Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BARRETO, N. M. S. **Água: Gota Da Vida - abastecimento e uso no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2005.

BENCHIMOL, J.L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990.

BERNARDES, L. M. C. Expansão do espaço urbano do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 23 (3): 495-524, 1961.

BRITO, J. H. da C. **O serviço de abastecimento de água no Rio de Janeiro (informações summarias)**. Rio de Janeiro: Off. Graph. do “Jornal do Brasil”, 1929.

CABRAL, D. Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. **RA'EGA** 23, p. 159-190, 2011.

CORRÊA, M. Terra Carioca – Fontes e Chafarizes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 170, 1-214, 1935.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ESTAVILLE Jr., L. Organizing time in Historical Geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.310-323, 1991.

FERREIRA, L. O. Uma interpretação higienista do Brasi. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2001, p. 207-224.

FONSECA. **Controle e Uso da Água na Ouro Preto dos Séculos XVIII e XIX**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FRIAS, R. C. **A expansão do sistema de abastecimento d'água na cidade do Rio de Janeiro (1723 - 1846)**. Monografia de Graduação – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FRIAS, R. C. **A expansão do sistema de abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro (1723-1846)**. III Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <http://3siahc.files.wordpress.com/2010/05/artigo-3-siahc-1.pdf>.

GOMES, P. C. C. 'Um lugar para a Geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário'. In: VIII ENANPEGE, 2009, CURITIBA. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009.

GOMES, L. **1808**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HONOR, A. C. **As fontes d'água coloniais e a construção do espaço urbano da cidade de João Pessoa**. In.: XI Encontro Estadual de História do Ceará. ANPUH-CE, 2008, p. 1-11.

JACQUES, L. M. da S. **A Intendência de Polícia e vida cotidiana no Rio de Janeiro de início do século XIX**. Niterói. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado) 2002.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, G. **A Domesticação Da Água: O Desenvolvimento E Os Desdobramentos Dos Serviços Públicos De Abastecimento De Água Na Cidade Do Rio De Janeiro**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História das Instituições da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. “Notas sobre o abastecimento de água do Distrito Federal”. In.: **Relatório da Comissão do Patrimônio II Volume**. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1922.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, P. F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SCHULTZ, K. **Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, R. M. da. “A luta pela água”. In: SILVA, F. N. (Org.) **O Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade**. Rio de Janeiro: Record 1965.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg’. In: Acseirad, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 83-104.

Anexos

Tabela 4 – Ano de construção e localização dos chafarizes

Ano de Construção	Nome do Chafariz	Localização
1723	Chafariz da Carioca	Largo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca)
Final da década de 1750	Chafariz do Largo do Paço	Largo da Praça do Carmo (atual praça XV)
1772	Chafariz do caminho da Glória	Rua da Glória, entre a Cândido Mendes e Conde de Lage
1772	Chafariz do caminho de Matacavalos	Rua Matacavalos (atual Riachuelo), entre a Rua dos Inválidos e a Francisco Muratori
1785	Chafariz das Marrecas	Em frente ao Passeio Público, separado dele pela rua das Belas-Noites (atual Rua das Marrecas)
1786	Chafariz do Lagarto	Pouco acima da Lagoa da Sentinela, na rua do Conde (atual Rua Frei Caneca)
1794	Chafariz do Largo do Moura	Largo do Moura
1809	Chafariz do Catumbi	Pouco abaixo do chafariz do Lagarto, próximo à Lagoa da Sentinela
1809	Chafariz do Campo de Santana	Campo de Santana
1817	Chafariz do Riachuelo	Rua Matacavalos (atual Riachuelo), do lado ímpar, próximo à rua Silva Manoel
1821	Chafariz do Largo do Machado	Largo do Machado
1834	Chafariz do Mercado	Mercado da Cidade (antigamente localizado entre as ruas do Mercado e do Ouvidor, na antiga Praia do Peixe)
1839	Chafariz de Santa Rita	Largo de Santa Rita, na confluência da rua dos Ourives (atual Miguel Couto) com a rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma)
1845	Chafariz da Praça Municipal	Praça Municipal
1846	Chafariz do Rocio Pequeno (Praça 11 de Junho)	À beira da rua do Aterrado (atual Senador Euzébio)

Tabela 5 - Banco de Dados do NPGH

ANO	Categorias das fichas do acervo por ano	Número de Fichas Seleccionadas	Categorias (e subcategorias) das Fichas Seleccionadas
1808	Anúncios	1	Anúncios
1809	Anúncios	1	Anúncios
1810	Anúncios	2	Anúncios
1811	Anúncios		Anúncios
1812	Anúncios	1	Anúncios
1813	Anúncios	1	Anúncios
1814	Anúncios	5	Anúncios
1815	Anúncios		Anúncios
1816	Anúncios	3	Anúncios
1817	Anúncios		Anúncios
1818	Anúncios	1	Anúncios
1819	Anúncios	1	Anúncios
1820	Anúncios		Anúncios
1821	Mercado Imobiliário / Indústria / Abastecimento / Comércio / Outros		
1822	Infraestrutura Urbana / Abastecimento / Habitação / Comércio / Indústria		
1823	Infraestrutura Urbana / Abastecimento / Transporte / Comércio / Indústria	6	Infraestrutura Urbana (Esgotos e Limpeza Pública)

1824	Infraestrutura Urbana / Imigração / Indústria / Mercado Imobiliário / População / Legislação Urbana		Legislação Urbana
1825	Infraestrutura Urbana / Imigração / Outros	3	Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água, Obras Públicas e Esgotos)
1826	Infraestrutura Urbana / Abastecimento / População / Mercado de Trabalho / Mercado Imobiliário / Legislação	5	Infraestrutura Urbana (Limpeza Pública)
1827	Comércio / Indústria / Transporte / Notícias de Guerra / Legislação Urbana / Outros		
1828	Infraestrutura Urbana / Indústria / Abastecimento / Comércio / Legislação / Saúde / Mercado Imobiliário / População / Outros		
1829	Indústria / Transporte / Legislação Municipal / Mercado Imobiliário / Comércio / Outros / Saúde Pública / Obras Públicas	10	Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água, Obras Públicas e Limpeza Pública)
1830	Legislação Municipal / Mercado Imobiliário / Indústria / Infraestrutura Urbana	36	Infraestrutura Urbana (Saúde Pública, Limpeza Pública, Legislação, Abastecimento d'água, Calçamento, Limpeza Urbana e Obras de Melhoria)
1831	Infraestrutura / Mercado Imobiliário / Indústria / Educação / Legislação / Outros / Comércio	4	Infraestrutura Urbana (Limpeza Pública e Abastecimento d'água)
1832	Mercado Imobiliário / Indústria / Infraestrutura Urbana		
1833	Infraestrutura / Abastecimento / Mercado Imobiliário / Saúde Pública / Indústria / Outros	6	Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água e Obras Públicas)

1834	Leis / Infraestrutura Urbana / Indústria / População / Saúde Pública / Mercado Imobiliário / Outros	3	
1835	Legislação / Saúde Pública / Obras Públicas / Indústria / Transportes / Mercado de Trabalho / Outros		
1836	Indústria / Infraestrutura Urbana / Abastecimento / Outros		
1837	Infraestrutura Urbana / Mercado Imobiliário / Indústria		
1838	Infraestrutura Urbana / Mercado Imobiliário / Indústria / Outros		
1839	Mercado Imobiliário / População / Legislação / Comércio / Infraestrutura Urbana	3	Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água)
1840	Mercado Imobiliário / Infraestrutura Urbana / Obras Públicas / População / Saúde Pública / Educação / Indústrias / Outros		
1841	Infraestrutura Urbana / Obras Públicas / Mercado Imobiliário / População / Indústria / Outros	6	Infraestrutura Urbana (Obras Públicas e Limpeza Pública)
1842	Mercado Imobiliário / Infraestrutura Urbana / Indústrias / Legislação População / Saúde Pública / Outros	6	Infraestrutura Urbana (Obras Públicas, Saneamento e Abastecimento d'água)
1843	Saúde Pública / Obras Públicas / Infraestrutura Urbana / Mercado Imobiliário / Iluminação Pública / Indústria / Outros	8	Infraestrutura Urbana (Obras Públicas, Abastecimento d'água, Transportes e Limpeza Pública)
1844	População / Transporte / Legislação / Indústria / Mercado Imobiliário / Saúde Pública / Infraestrutura Urbana / Obras	8	Saúde e Abastecimento d'água

	Públicas / Outros		
1845	Indústria / Mercado Imobiliário / Infraestrutura Urbana / Outros	4	Infraestrutura Urbana
1846	Saúde Pública / Mercado Imobiliário / Infraestrutura Urbana /		
1847	Mercado Imobiliário / Abastecimento / Indústria / Obras Públicas		
1848	Infra-Estrutura Urbana / Indústria / Legislação / Saúde / Mercado Imobiliário / Outros	7	Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água, Calçamento e Obras Públicas)
1849	Infraestrutura Urbana / População / Legislação / Comércio / Indústria / Saúde Pública / Mercado Imobiliário		
1850	Comércio / Indústria / Infraestrutura Urbana / Obras Públicas / Mercado Imobiliário / Indústria / Legislação / Saúde Pública / Transportes / Outros	1	Abastecimento d'água
1851	Infraestrutura Urbana / Mercado Imobiliário / Transportes / Comércio / Indústria / Economia / Legislação / Saúde Pública / Outros		
1852	Infraestrutura Urbana / Mercado Imobiliário / Indústria / Limpeza Pública / Comércio / Transportes / Higiene e Saúde Pública / Outros		
1853	x		

1854	Abastecimento e comércio / Indústria / Legislação / Infraestrutura Urbana / Saúde Pública / Mercado Imobiliário / Obras Públicas / Transportes / Outros	1	Abastecimento d'água
1855	Abastecimento / Indústrias / Infraestrutura Urbana / Comércio / Legislação / Saúde Pública / Mercado Imobiliário / Outros		
1856	Indústrias / Transporte Público / Saúde Pública / Obras Públicas / Infraestrutura Urbana / Transportes / Legislação	4	
1857	Habitação / Indústria / Infraestrutura Urbana / Legislação / Transportes / Legislação / Saúde / Outros		Infraestrutura Urbana (Abastecimento d'água)
1858	Abastecimento e comércio / Infraestrutura Urbana / Legislação / Transportes / Saúde Pública / Mercado Imobiliário / Obras Públicas / População / Abastecimento d'água / Outros	4	Abastecimento d'água
1859	x	x	x
1860	x	x	x

Fonte: Arquivo do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica: levantamento de notícias da Gazeta do Rio de Janeiro (1808 - 1822) e do Diário do Rio de Janeiro (1821 - 1878).